

MICHAEL BURAWOY

Universidade da Califórnia, Berkeley

Dois Métodos à Procura da Ciência. Skocpol versus Trotsky *

37

Nos termos dos critérios formulados por Popper para o crescimento do conhecimento, tentei demonstrar a superioridade da metodologia dos programas de investigação sobre a metodologia da indução. Apesar de ter usado como ilustração as teorias da revolução elaboradas por Skocpol e Trotsky, construí asserções gerais organizadas em torno dos contextos da descoberta (indução versus dedução) da justificação (verificação versus falsificação e previsão) e do cientista (exterior ao objecto do conheci-

mento ou como parte integrante desse mesmo objecto). Enquanto os filósofos da ciência se preocuparam com descobrir o método científico puderam, com êxito, compartimentar estes contextos. Contudo, logo que se preocuparam com explicar o desenvolvimento do conhecimento científico, rapidamente descobriram, como nós, que estes contextos estão irremediavelmente interligados. Assim sendo, são necessárias categorias alternativas para comparar metodologias.

A sociologia adquiriu as suas credenciais científicas imitando o método das ciências físicas, tal como ele foi entendido pelos filósofos. Princípios reguladores tais como os “cânones da indução” de Mill, a “explicação dedutivo-nomologista” de Hempel ou o “falsificacionismo” de Popper são apresentados como o método científico. Contudo, estes princípios desenvolveram-se mais a partir de especulação filosófica do que a partir do cuidadoso exame empírico das ciências “duras” das quais derivaram a sua legitimidade. Na verdade, quando os filósofos se voltaram para a história e para a prática real da ciência, encontraram os seus princípios violados. Novas concepções de ciência emergiram, motivadas não tanto pela procura de um método universal único e abstracto mas pela necessidade de explicar o *crescimento* do conhecimento científico. Neste artigo, proponho-me explorar as consequências que resultam para a sociologia da adopção de uma destas concepções de ciência histórica-

A metodologia só pode proporcionar-nos um entendimento reflexivo dos meios que demonstraram o seu valor na prática elevando-os ao nível da consciência explícita; ela tem tão pouco de condição prévia para um trabalho intelectual fecundo como os conhecimentos de anatomia terão de condição prévia para um andar “correcto”. [...] Se o trabalho metodológico — e essa é, naturalmente, a sua intenção — pode, em determinado momento, servir directamente a prática do historiador, será certamente por lhe permitir escapar, de uma vez por todas, ao perigo de se deixar impressionar por um diletantismo filosoficamente floreado.

* O presente texto foi publicado originalmente na revista *Theory and Society*, vol. 18 (1989), pp. 759-805. Agradecemos ao autor a autorização concedida para a publicação em língua portuguesa.

mente enraizadas, nomeadamente da metodologia dos programas de investigação científica proposta por Imre Lakatos, comparando-a com a metodologia convencional da indução¹.

A tarefa de organizar e concretizar esta comparação requer exemplos de cada uma das metodologias que estudem um objecto semelhante de maneira substancialmente semelhante. Por razões que se tornarão óbvias, é difícil encontrar casos puros de cada metodologia, já para não mencionar casos que combinem teorias comparáveis com diferentes metodologias. Escolhi as obras *States and Social Revolutions* de Theda Skocpol e *Balanço e Perspectivas* de Leon Trotsky pelas razões seguintes. Em primeiro lugar, porque, ainda que com importantes reservas, as duas exemplificam a metodologia da indução e a dos programas de investigação. Em segundo lugar, porque ambas as obras tratam a lógica causal das revoluções sociais numa perspectiva comparativa. E, por último, porque as duas obras insistem em variáveis explanatórias muito semelhantes. Ambas acentuam a importância da luta de classes, da autonomia do Estado e das relações internacionais nas causas e nos efeitos das revoluções. Assim, Skocpol salienta as crises político-militares do Estado, a dominação de classes, a emergência — e não a criação — de situações revolucionárias, o desenvolvimento desigual do capitalismo, as relações económicas transnacionais e um sistema internacional de estados concorrentes entre si, os tempos do mundo, os desenvolvimentos organizacionais e ideológicos entre revoluções e, finalmente, o Estado enquanto estrutura potencialmente autónoma e enquanto actor independente tanto dentro como fora de fronteiras (Skocpol, 1979: 17-31). Estes são precisamente os factores que Trotsky apresenta não só na obra acima referida como também na sua monumental *História da Revolução Russa*². Uma vez que as

¹ É importante sublinhar que aqueles que criticaram o uso do "método científico" no estudo do mundo social também aceitaram anteriores definições "positivistas" de ciência. A crítica à sociologia enquanto ciência baseia-se frequentemente em concepções obsoletas de ciência. Mas, ironicamente, as abordagens alternativas à sociologia — isto é, as abordagens "interpretativas" — propostas por humanistas propensamente anti-científicos, revelam-se frequentemente semelhantes aos entendimentos históricos de ciência, tais como os encontrados, por exemplo, em Polanyi, 1958; Kuhn, 1970; Toulmin, 1972; Feyerabend, 1975 ou Lakatos, 1978. Neste artigo sigo a metodologia de Lakatos, não porque se adapte melhor à abordagem de Trotsky, mas porque explica mais satisfatoriamente o crescimento do conhecimento científico.

² É particularmente estranho, portanto, verificar que Skocpol vilipendia o marxismo, juntamente com outras teorias, porque ele "teoriza a partir de uma

semelhanças são tantas, as diferenças poderão ser mais facilmente isoladas e atribuídas à divergência de metodologias.

Um dos méritos da obra de Skocpol é a tentativa de seguir rigorosamente os cânones da indução de Mill. Com uma determinação sem paralelo na historiografia, Skocpol explora as causas das revoluções sociais observando o que têm em comum as “bem sucedidas”, tentando isolar aqueles factores causais que distinguem as revoluções bem sucedidas das “fracassadas”. A sua intenção é clara: “Como poderemos nós alguma vez chegar a novas compreensões teóricas se não deixarmos que sejam os exemplos históricos a falar por si, em vez de os olharmos sempre através das vendas ou das lentes fortemente matizadas de teorias pré-existentes?” (Skocpol, 1986: 190).

A indução é, então, o processo de inferir explicações causais a partir de “factos pré-existentes”. Entre os filósofos da ciência, Karl Popper tem sido o mais célebre opositor deste ponto de vista, argumentando que não há maneira de inferir teorias sem um mecanismo para seleccionar entre os factos (Popper, 1959). As teorias ou, como ele as designa, as conjecturas são necessariamente anteriores aos factos que organizam e seleccionam. Além disso, não se deve usar os factos para verificar conjecturas mas sim para as refutar. Esta posição, apesar de amplamente defendida, é também insustentável. Uma vez que todas as teorias nascem refutadas e assim permanecem, se seguíssemos a prescrição de Popper, o conhecimento, em vez de evoluir, estaria num caos permanente. Nunca teríamos teorias se as abandonássemos sempre que elas fossem refutadas pelos factos³.

imagem voluntarista do modo como as revoluções acontecem [...] atenta primária ou exclusivamente nos conflitos *intranacionais* e nos processos de modernização [...] amalgama na análise o Estado e a sociedade ou reduz acções estatais e políticas a representações de forças e interesses sócio-económicos” (Skocpol, 1979: 14). Inexplicavelmente, nada nos é dito de Trotsky — nem a sua visão da história como um argumento dramático no qual os actores apenas podem interpretar os papéis que lhes são atribuídos, nem a sua teoria do desenvolvimento combinado e desigual do capitalismo a uma escala mundial, nem mesmo o seu interesse obsessivo pela autonomia do Estado! De facto, Skocpol refere-se a Trotsky apenas duas vezes ao longo de todo o livro e ainda assim só de passagem: primeiro, em relação à sua observação de que 1905 foi o ensaio geral de 1917 e, segundo, ao descrever a organização do Exército Vermelho (Skocpol, 1979: 94 e 217). Não se encontra aí nenhuma referência à sua teoria da Revolução Russa nem tão pouco aos seus escritos sobre a Revolução Francesa nem ainda aos seus comentários proféticos em relação à Revolução Chinesa.

³ Ver, por exemplo, Polanyi, 1958; Feyerabend, 1975; Kuhn, 1970; Laudan, 1977; Lakatos, 1978; Putnam, 1981.

Estas conclusões levaram Lakatos a argumentar que a ciência se desenvolve não através da refutação de teorias mas pela refutação de refutações ou, pelo menos, refutando algumas e ignorando outras (Lakatos, 1978: 8-101)⁴. Um programa de investigação nasce da tentativa de proteger da refutação as premissas de anteriores conquistas científicas. Os cientistas definem determinados postulados de natureza estável, de *núcleo duro*, que aceitam por convenção. De acordo com o princípio metodológico que Lakatos designa por *heurística negativa*, não são permitidas refutações deste núcleo duro. Os cientistas defendem da falsificação os postulados estáveis dos seus programas de investigação usando várias estratégias; algumas destas estratégias conduzem a reorientações progressivas, outras a reorientações degenerativas dos problemas. As estratégias protectoras desencadeiam programas de investigação *degenerativos* quando reduzem o conteúdo empírico dos postulados nucleares, restringindo o seu âmbito ou chamando excepções às anomalias — isto é, *puzzles* ou resultados teoricamente inesperados (Lakatos, 1976). As reorientações *progressivas*, por outro lado, resolvem as anomalias pela introdução de teorias auxiliares que aumentam a força explanatória dos postulados nucleares. Neste caso, os cientistas seguem o princípio metodológico que Lakatos designa por *heurística positiva* — uma política de investigação composta por modelos e exemplos, destinada a digerir anomalias, através da construção de teorias consistentes com os postulados estáveis. Por outras palavras, uma defesa progressiva do núcleo duro toma a forma de uma cintura de teorias em expansão que reforçam o conteúdo empírico já corroborado e resolvem sucessivos *puzzles*. Os cientistas não devem avaliar uma teoria isolada contra outra, mas sim seqüências de teorias que compõem programas de investigação. Consequentemente, segundo Lakatos, as revoluções científicas substituem programas de investigação degenerativos por programas de investigação progressivos.

Tentarei mostrar agora que a teoria de Trotsky sobre a Revolução Russa pode ser entendida como parte de um programa de investigação marxista progressivo. Concentrar-me-ei fundamentalmente na sua exposição, em *Balanço e Perspectivas*, de 1906: “a mais radical reformulação do

⁴ Para além da própria obra de Lakatos, existem três livros que aplicam e discutem as suas ideias: Howson, 1976; Cohen *et al.*, 1976; e Radnitzky *et al.*, 1978.

prognóstico da revolução socialista empreendida desde o *Manifesto Comunista* de Marx” (Deutscher, 1954: 150). O facto de Trotsky preceder Lakatos no tempo não constitui razão para negar a relevância da metodologia dos programas de investigação. A ciência bem sucedida não depende da obediência a uma metodologia articulada⁵. Na verdade, há quem defenda que o excesso de escrupulo metodológico constitui um obstáculo à boa ciência. De acordo com Michael Polanyi, os cientistas trabalham com uma inexplicita “mestria tácita” e um “conhecimento pessoal” decorrentes do facto de “habitarem” uma tradição de pesquisa (Polanyi, 1958: caps. 1, 4 e 6). Esta é uma das razões — mas não a mais importante — por que a elaboração dos princípios dos programas de investigação tem, necessariamente, um carácter menos definitivo do que a correspondente elaboração dos princípios da indução. Mais, os cânones da indução reivindicam ser aplicáveis a todos os contextos científicos, enquanto cada programa de investigação tem os seus próprios princípios distintivos, ou a sua “heurística” como Lakatos os designa. Não pode haver prescrições metodológicas que se apliquem a todos os programas de investigação⁶.

A minha preocupação, porém, não é a de comparar simplesmente as duas metodologias; para além disso, avalio-as em função da sua capacidade para fazer avançar a ciência da sociologia. Torna-se, porém, necessário clarificar o significado de “avanço científico”. Proponho-me usar os três critérios de Popper para o crescimento do conhecimento (Popper, 1963: 240-243). Em primeiro lugar, uma nova teoria deve proceder de uma qualquer “ideia simples, nova, poderosa e unificadora”. Em segundo lugar, a nova teoria deve ser “testável independentemente”, isto é, deve conduzir à previsão de fenómenos novos e inesperados e não à simples explicação de fenómenos existentes. Em terceiro lugar, a teoria deve “passar nalguns testes novos e rigo-

⁵ Eli Zahar, por exemplo, aborda esta questão directamente tentando mostrar que a metodologia dos programas de investigação científica representa a melhor reconstrução existente da metodologia *intuitiva* em casos de grande avanço científico. Ver Zahar, 1978: 71-98.

⁶ Tal como este artigo não se preocupa com as revoluções sociais *per se*, ele também não pretende fazer a defesa do marxismo. Trata-se de discutir duas metodologias que não estão necessariamente ligadas a um enquadramento teórico particular. Do mesmo modo, relaciono as teorias de Trotsky com as metodologias dos programas de investigação e não com as prescrições metodológicas de Marx. Recentes reconstruções do “funcionalismo estrutural” foram também informadas pela metodologia dos programas de investigação. Ver, por exemplo, Alexander, 1982, 1983 e 1987: 11-57. Estas reconstruções não seguem Lakatos rigorosamente, uma vez que não dão grande importância à descoberta e à corroboração de factos novos.

rosos”, isto é, algumas das previsões devem ser corroboradas.

De que forma é que as duas abordagens satisfazem estes critérios? Tanto Skocpol como Trotsky introduzem uma “ideia simples, nova, poderosa e unificadora”. Skocpol propõe que as revoluções bem sucedidas ocorrem em resultado de circunstâncias estruturais, enquanto Trotsky elabora as suas teorias do desenvolvimento combinado e desigual e da revolução permanente para explicar as causas e os efeitos de diferentes revoluções. Serão as teorias de ambos “testáveis independentemente” e “passarão elas nalguns testes novos e rigorosos”? Como tentarei mostrar, Skocpol recusa-se a prever novos fenómenos, evitando assim o desafio de testes rigorosos; por seu lado, Trotsky prevê com êxito, em 1906, tanto o resultado como a eclosão da Revolução Russa, mas falha na sua antevisão da revolução no Ocidente.

No que diz respeito aos critérios de Popper para o avanço científico, Trotsky supera Skocpol. Este facto é particularmente surpreendente uma vez que — ao contrário da imparcialidade de Skocpol, das suas aspirações à ciência e das suas pretensões de fidelidade aos “padrões históricos” — Trotsky, enquanto protagonista dos eventos que analisa, manda às urtigas as normas da objectividade positivista. Trotsky não persegue a “imparcialidade traiçoeira” do historiador que “[...] sobre a muralha de uma cidade ameaçada observa ao mesmo tempo sitiados e sitiados” (Trotsky, 1977: 21).

A questão que se coloca é a seguinte: por que razão um preencheu, com êxito, o segundo e o terceiro critérios de Popper e o outro não? Porque o génio inato de Trotsky o coloca numa posição superior a todos nós, até mesmo a Skocpol — é uma resposta possível. Mas esta resposta não tem muita utilidade, já que até mesmo um génio necessita de método. Uma segunda resposta — a principal concorrente da resposta dada neste artigo — é que a origem das diferenças reside na execução do método e não no método em si. Este ponto de vista tem duas variantes. Podemos argumentar, com Stinchcombe, que existe apenas um método verdadeiro — o método da indução — e que Trotsky o executa melhor que Skocpol (Stinchcombe, 1978). Ou poderíamos dizer que existem, de facto, dois métodos e que Trotsky executa com maior perfeição o seu do que Skocpol o dela. Neste artigo, espero poder provar o contrário. Em primeiro lugar, existem realmente duas metodologias que têm

implicações diferentes no desenvolvimento da ciência. Em segundo lugar, Skocpol executa os cânones de Mill — até onde é possível fazê-lo — com uma mestria perfeita e Trotsky, em momentos decisivos, desvia-se da metodologia dos programas de investigação. Ou seja, nenhum dos dois segue de forma consistente um único método — como demonstrarei em seguida, felizmente para Skocpol e infelizmente para Trotsky. *Skocpol transcende o seu método enquanto Trotsky fica aquém do seu; contudo, é Trotsky quem, ainda assim, provoca maior avanço científico, realçando, desse modo, a superioridade dos programas de investigação sobre a indução.*

43

As limitações inerentes aos cânones da indução de Mill obrigaram Skocpol a violar esses princípios em momentos cruciais. Porém, o seu trabalho ressentia-se quando segue realmente o método de Mill. Primeiro, o método da indução nega-lhe a possibilidade de demonstrar a teoria que ela pretende demonstrar. Segundo, longe de ser um algoritmo para derivar teorias dos factos, o método da indução gera teorias independentes dos factos. Terceiro, o método protege a sua auto-gerada teoria contra a falsificação e contra a concorrência por parte de outras teorias. Isto deve-se a dois pressupostos metodológicos da indução, o pressuposto de que, em última análise, os factos (padrões históricos) são incontroversos e o de que eles convergem em direcção a uma única teoria. Finalmente, se o método adopta a concepção de uma única história verdadeira, ele tende também para uma história do passado descontínua em relação ao presente, uma história que simula posicionar o historiador fora da história. Por outras palavras, o que pretendo dizer é que uma fundamentação nos factos redundava numa fundamentação no método, que separa a autora dos factos. Tudo isto inibe a previsão de novos fenómenos. O facto de Skocpol ter conseguido, apesar de tudo, desenvolver uma tão vigorosa teoria das revoluções demonstra bem a sua imaginação macro-sociológica, que *superou*, em momentos decisivos, os métodos de Mill.

Por outro lado, a força de Trotsky reside na sua implícita vinculação à metodologia dos programas de investigação. Trotsky estriba-se num programa de investigação marxista que elabora à luz de anomalias e que o conduz a previsões, sendo algumas corroboradas e outras refutadas. Porém, a refutação não leva à rejeição do programa de investigação marxista, mas à construção de novas teorias sobre as

mesmas bases marxistas. À medida que vai produzindo anomalias, a história obriga continuamente à reconstrução do marxismo, levando, por sua vez, à reconstrução da história, mas também de futuros possíveis. Nesta concepção, o historiador encontra-se no meio da história, apanhado entre o futuro e o passado, entrando num diálogo com uma tradição de pesquisa em desenvolvimento sobre as potencialidades do mundo circundante. Nos casos em que Trotsky fica aquém da metodologia do programa de investigação fá-lo em detrimento da sua análise. A insistência no carácter revolucionário da classe operária ocidental é o exemplo mais surpreendente de uma primitiva “exclusão da excepção” — a recusa em reconhecer um contra-exemplo global — e, sem dúvida, impôs limitações ao seu contributo para o programa de investigação marxista.

Em suma, Trotsky é mais bem sucedido do que Skocpol no que diz respeito aos critérios de Popper, porque a sua metodologia *modal* é a do programa de investigação, enquanto a de Skocpol é a da indução. A análise de Skocpol brilha quando ela repudia os cânones da indução de Mill e empalidece quando os adopta; do mesmo modo, o marxismo de Trotsky floresce quando ele adere à metodologia dos programas de investigação, mas regride quando ele se afasta dos princípios orientadores dessa metodologia. Assim, realçar as características indutivas de *States and Social Revolutions* e as características de programa de investigação de *Balanço e Perspectivas* — como tenho que fazer para desenvolver a minha tese — irá inevitavelmente colocar Skocpol numa posição mais pobre, e Trotsky numa posição mais rica do que é lícito depreender de uma apreciação global das respectivas obras.

A análise que se segue é uma conjectura que requer refutação, isto é, uma explicação alternativa do relativo sucesso de Trotsky. Para facilitar essa refutação, organizei este artigo por forma a fazer sobressair as asserções gerais. A primeira parte examina a obra de Skocpol, principalmente *States and Social Revolutions* e a segunda parte examina a obra de Trotsky, principalmente *Balanço e Perspectivas*. As duas obras são contrastadas de acordo com sete antinomias destinadas a revelar a) o contexto da descoberta, onde vemos como a metodologia molda a teoria (indução *versus* dedução; história “suspensa” *versus* história “que-não-se-repete”); factores causais *versus* processos causais), b) o contexto da justificação, onde vemos como as teorias são

validadas (não-falsificabilidade *versus* falsificabilidade; ausência de previsão *versus* previsão) e c) o contexto do cientista, onde vemos como a metodologia situa o cientista em relação ao mundo que está a ser estudado (história do passado *versus* história do futuro; estar fora da história *versus* estar no centro da história)⁷.

SKOCPOL

Skocpol afirma que a análise histórica comparativa tem “uma longa e distinta linhagem na ciência social. A sua lógica foi explicitamente apontada por John Stuart Mill no seu *A System of Logic*” (Skocpol, 1979: 36)⁸.

1. O método da indução

45

Basicamente, tentamos estabelecer associações válidas entre as causas potenciais e o determinado fenómeno que tentamos explicar. Há dois modos principais de proceder. Primeiro, podemos tentar estabelecer que vários casos que tenham em comum o fenómeno que se tenta explicar também têm em comum um conjunto de factores causais, embora com variáveis que possam ter parecido casualmente relevantes. Stuart Mill chamou a esta abordagem o “Método da Concordância”. Segundo, podemos contrastar os casos onde tanto o fenómeno a explicar como as hipotéticas causas estão presentes, com outros casos dos quais estão ausentes o fenómeno e as causas, mas que sejam, de outro modo, tão semelhantes quanto possível, aos casos positivos. A este procedimento Mill chamou o “Método da Diferença” (*ibid.*: 36).

Skocpol aplica estes dois princípios para descobrir “a lógica generalizável em funcionamento no conjunto total das revoluções em causa” (*ibid.*: 6)⁹. A autora define a revolução

⁷ Alguns críticos censuraram-me por tratar apenas um único exemplo de cada metodologia, argumentando que, conseqüentemente, eu não “demonstrei” as minhas asserções sobre as conseqüências da adopção de diferentes metodologias. Sem dúvida que este artigo seria mais convincente se incluísse outros casos. Mesmo que o espaço não constituísse um problema, encontrar casos adequados não é tarefa fácil. Para isolar os efeitos da metodologia, cada caso deveria ser, tanto quanto possível, metodologicamente puro e postular a mesma teoria. Essas foram as razões que me levaram a Skocpol e Trotsky. Estes exemplos podem não ser perfeitos, mas será difícil encontrar casos melhores.

⁸ Ver também Skocpol *et al.*, 1980: 174-197 e Skocpol, 1984: cap. 11.

⁹ Charles Ragin e David Zaret sustentam que o método da explicação genética de Weber, que procura trajectórias históricas particulares, é «não menos evidente nas obras de Bendix e Skocpol» (Ragin *et al.*, 1983: 746). Contrariamente à sua própria concepção do trabalho em curso, eles sustentam que a sua adopção dos métodos de Mill *não* intenta perseguir explicações genéricas, características da análise estatística. Como adiante se verá, eu mostro que Skocpol tenta realmente imitar as estratégias estatísticas da comparação e com as conseqüências adversas que Ragin e Zaret prevêem. Não obstante, a apreciação destes autores reflecte uma tensão real no livro

social como “a coincidência entre mudança estrutural da sociedade e sublevação das classes, e a coincidência entre transformação política e transformação social” (*ibid.*: 4). No propósito de analisar as revoluções clássicas em França, na China e na Rússia, Skocpol reduz as revoluções sociais a dois componentes: crise política e revolta camponesa.

Skocpol começa por observar os factores comuns que provocaram uma crise política em França e na China:

As crises revolucionárias surgiram tanto em França como na China porque os Antigos Regimes sofreram pressões inusitadas de outras nações mais desenvolvidas e porque essas pressões provocaram conflitos políticos internos entre as autoridades autocráticas e as classes dominantes. [...] As tentativas autocráticas, por parte das cúpulas, para implantar reformas modernizadoras, em França e na China [...] despoletaram a resistência política concertada de forças bem organizadas da classe dominante. Consequentemente, uma vez que essas forças usufruíam de uma posição privilegiada dentro dos mecanismos formalmente centralizados dos estados monárquicos, a sua resistência desorganizou esses mecanismos. [...] A oposição bem sucedida às reformas autocráticas abriu inadvertidamente as portas a profundas revoluções tanto em França como na China (*ibid.*: 80-81).

Na Rússia, porém, as classes dominantes eram muito mais fracas e sucumbiram às reformas estatais. “Na Rússia, a débil nobreza proprietária não conseguiu bloquear as reformas vindas de cima. Contudo, a economia agrária e a estrutura de classes serviram de travão à industrialização dirigida pelo Estado, impedindo, desse modo, a Rússia czarista de acompanhar económica e militarmente a Alemanha Imperial — o seu maior inimigo potencial no sis-

de Skocpol. Junto-me a Elisabeth Nichols quando ela afirma que por detrás da redução, em Skocpol, de todas as revoluções à revolta dos camponeses e à pressão internacional sobre o Estado, encontra-se latente uma análise genérica ou «conjuntural» (Nichols, 1986: 163-186). Skocpol explica estes dois factores enquanto emergentes de uma constelação de forças *particular* a cada revolução, um modo de explicar contrário aos cânones da indução de Mill. Na sua réplica a Nichols, Skocpol recusa-se a reconhecer a distinção de Weber — na esteira de Rickert — entre as ciências culturais generalizantes e as ciências culturais particularizantes. Da crítica de Nichols, Skocpol entende que esta a acusa de aplicar mal os cânones de Mill, quando na verdade Nichols chama a atenção para a coexistência de um método diferente. Skocpol parece tão enredada numa causalidade linear onde cada factor tem que causar o mesmo contributo para cada revolução que nem vê que subliminarmente faz uso de uma noção diferente de causalidade (ver Skocpol, 1986). Skocpol trata a obra *Social Origins of Dictatorship and Democracy* de Barrington Moore de uma maneira semelhante interpretando-a como uma explicação genérica (generalizante) quando grande parte da sua análise procura explicações genéticas (particulares) para a modernização. Ver Skocpol, 1973: 1-34.

tema dos estados europeus” (*ibid.*: 99). Nos três casos, porém, o Estado viu-se encurralado entre pressões internacionais que exigiam reformas e os constrangimentos da estrutura agrária que obstruíam tais reformas. “As crises políticas revolucionárias surgiram nos três Antigos Regimes porque houve estruturas agrárias que interferiram nas organizações estatais de natureza autocrática e proto-burocrática de tal modo que travaram ou bloquearam as iniciativas monárquicas destinadas a dar resposta à crescente concorrência militar internacional num mundo sujeito a transformações desiguais devido ao capitalismo” (*ibid.*: 99).

A tarefa consiste agora em mostrar que tanto as pressões internacionais quanto uma “classe dominante organizada e independente, em posição privilegiada dentro do Estado” foram ingredientes necessários à crise política. Os casos contrastantes apresentados são a Restauração Meiji no Japão (1868-1873) e o movimento reformador na Alemanha (1807-1815). Em ambos os casos, mas por razões diferentes, a classe dominante ou não era poderosa (Alemanha) ou não usufruía de uma posição privilegiada dentro do Estado (Japão) e, portanto, não criaram uma crise política revolucionária. Desse modo, o Estado conseguiu introduzir reformas sem plantar as sementes da revolução.

Os diferentes destinos destes regimes monárquicos agrários confrontados com os desafios de uma adaptação às exigências do desenvolvimento internacional desigual podem explicar-se, em grande medida, pela forma como as relações agrárias de produção e as classes proprietárias dominantes interferiram nas organizações estatais (*ibid.*: 110).

Até aqui tudo bate certo, mas nota-se imediatamente que os casos contrastados não demonstram ser a “pressão internacional” um elemento necessário para o desenvolvimento de uma crise política revolucionária.

No capítulo seguinte, Skocpol examina as condições necessárias para o segundo componente da revolução: a revolta camponesa. O procedimento repete o do primeiro capítulo, usando primeiro o “método da concordância” e depois o “método da diferença”. Skocpol mostra como as estruturas agrárias em França e na Rússia ofereceram autonomia e solidariedade às comunidades camponesas que, com a crise política do Estado repressivo, se combinaram para produzir a revolta dos camponeses. O que Skocpol tem agora que provar é que tanto a crise política como a auto-

nomia dos camponeses constituíram elementos necessários para essa revolta. Vejamos primeiro a crise política. Durante longos períodos da história da França, da China e da Rússia, a autonomia dos camponeses apenas deu origem a rebeliões pontuais. A revolta social dos camponeses só ocorre com a crise política revolucionária. Por outro lado, para postular a necessidade da autonomia dos camponeses, Skocpol tem que trazer a lume casos onde a crise política não tenha levado à revolta camponesa.

Dado que as crises políticas revolucionárias depuseram os monarcas absolutos e desorganizaram administrações e exércitos centralizados, as relações de classes nos campos e as negociações políticas ao nível local, em França e na Rússia, proporcionaram às comunidades camponesas suficiente autonomia e solidariedade para lutarem contra a propriedade e os privilégios dos senhores da terra. Mas nem todos os países beneficiaram, de modo algum, de condições tão propícias às revoltas camponesas. E a ausência dessas condições pode explicar por que razão não houve revolução social bem sucedida tendo havido crise política da sociedade (*ibid.*: 140).

Tanto na revolução política em Inglaterra como na revolução social fracassada na Alemanha (1848) existia uma crise política mas faltava o ingrediente essencial para a revolta camponesa e, conseqüentemente, para a revolução social: uma comunidade camponesa autónoma. Finalmente, Skocpol volta-se para o complexo caso da China, onde a comunidade camponesa era apenas potencialmente autónoma. Essa potencial autonomia apenas se concretizou depois de 1930 sob a direcção de um exército de camponeses.

Aparentemente, Skocpol construiu uma argumentação muito convincente: uma revolução social bem sucedida implica que uma estrutura agrária paralise a resposta do Estado às elevadas pressões internacionais, conduzindo a uma crise política que, por seu lado, propulsiona a revolta camponesa, onde as comunidades camponesas sejam autónomas e solidárias. Quando combinados os dois conjuntos de argumentos numa única tabela, algumas das deficiências tornam-se visíveis (ver Tabela 1).

Estabelecer que a autonomia das comunidades é um elemento necessário para a revolta camponesa depende da existência de uma crise política na Alemanha de 1848 e na Inglaterra de 1640. Mas se assim for, então a análise original da crise política já não é válida para a França, a China, a

Tabela 1
A argumentação de Skocpol

	Método do acordo Revoluções bem sucedidas			Método da diferença Revoluções mal sucedidas			
	França	China	Rússia	Alemanha 1807	Japão	Inglaterra	Alemanha 1848
Pressão internacional	S	S	S	S	S	N	N
Classe dominante organizada e independente em posição privilegiada dentro do Estado	S	S	N	N	N	S	N
Economia agrária próspera	S	N	N	S	S	S	S
Comunidades camponesas autónomas e solidárias	S	S*	S	N	N	N	N
Crise política	S	S	S	N	S	S	S
Revolta camponesa	S	S	S	N	N	N	N

S = Sim; S* = Sim depois de 1930; N = Não.

Rússia, o Japão e a Alemanha de 1807. Isto porque, se observarmos a Inglaterra de 1640 e a Alemanha de 1848, verificamos que nem um conflito internacional nem uma "classe dominante organizada e independente, em posição privilegiada dentro do Estado" são elementos necessários ao desenvolvimento da crise política e, logo, à revolução social. Em suma, a aplicação do método de Mill à revolta camponesa no terceiro capítulo inviabiliza a sua aplicação à crise política no segundo capítulo.

O método de Mill não fornece o que Skocpol pretende: uma lógica generalizável das revoluções¹⁰. Se é verdade que em França, na China e na Rússia o Estado se encontrava incapacitado para responder com eficácia às pressões internacionais, coarctado que estava pela estrutura agrária, também é verdade que não há, nos dados fornecidos, nada que sugira que quer esse constrangimento agrário, quer os factores internacionais fossem *necessários* a uma revolução clássica¹¹.

¹⁰ Se é verdade que John Stuart Mill defendeu, com importantes reservas, o método da indução ou, como ele o designa, o método "experimental", ou "químico" para as ciências da natureza, também é verdade que ele repudia a sua aplicabilidade às ciências sociais. No estudo da sociedade, onde "as causas de qualquer fenómeno social [...] são infinitamente numerosas", não pode pressupor-se que um efeito tenha sempre as mesmas causas, porquanto as revoluções, por exemplo, podem ser causadas por diferentes factores em diferentes países. De acordo com Mill, o método da diferença é ainda menos válido. Devemos encontrar casos em que duas sociedades sejam semelhantes em todos os aspectos excepto naquele que tentamos isolar como factor causal. "Mas a suposição de que possam encontrar-se dois casos desses é manifestamente absurda" (Mill, 1888: 612 e 610). A aplicação resoluta dos dois cânones por parte de Skocpol justifica o ceticismo de Mill. O problema não é que Skocpol tenha fracassado na execução do método da indução propriamente dito; o problema é que o método está, como Mill bem sabia, "completamente fora de questão" no que às ciências sociais diz respeito. Skocpol está, evidentemente, ciente destas deficiências — a impossibilidade de controlar as variantes por forma a executar o método da diferença, o facto de as unidades comparadas raramente (ou nunca) serem independentes e o facto de a indução não poder substituir a teoria (Skocpol, 1979: 38-39). Todavia, Skocpol insiste em considerar esta a melhor abordagem. Embora não "sem as suas dificuldades e limitações [esta abordagem], desde que não seja mecanicamente aplicada, pode, por um lado, incitar a desenvolvimentos teóricos, e a reformulações e, por outro, pode inspirar novas análises de casos históricos concretos" (*ibid.*: 40).

¹¹ Charles Tilly acusa Skocpol de prestar demasiada atenção ao método da concordância e insuficiente atenção ao método das diferenças. Tilly sugere que se atente nas variações existentes nas sociedades que experimentaram revoluções: quer nas diferenças regionais à altura da sua eclosão, quer nos motivos pelos quais a revolução não ocorreu antes (Tilly, 1984: 105-115). Noutro lugar, Tilly observa que a revolução é o estado de uma sociedade na sua totalidade, não podendo, portanto, explicar-se pela comparação das suas partes (Tilly, 1976: 159). Quanto à comparação de diferentes momentos da história de uma sociedade, é manifestamente difícil explicar um evento que não aconteceu. Como Mill adverte, é preciso controlar demasiadas variantes. O problema não reside na incapacidade de Skocpol para aplicar o método das diferenças; o problema reside no próprio método da indução, que subestima

Não estou a sugerir que a teoria de Skocpol sobre as determinantes estruturais das revoluções seja inválida. Pelo contrário, ela é aquela “ideia simples, nova, poderosa e unificadora” que faz da sua obra um clássico. Sugiro apenas que essa teoria não tem origem nos princípios da indução de Mill nem é confirmada por eles. O que acontece é justamente o contrário: a aplicação desses princípios é que pareceria dar a sua teoria como falsa.

Para sustentar as suas conclusões, Skocpol teve que desistir do seu método histórico comparativo e adoptar, efectivamente, uma análise conjuntural de acordo com a qual as crises políticas têm diferentes causas, que dependem de o resultado se revelar ou não uma revolução social. Afinal, não há nenhuma razão para acreditar que as crises políticas tenham um único conjunto de causas. Como veremos, este é um pressuposto arbitrário, decorrente da aplicação por Skocpol do método de Mill.

Acabámos de ver como a intuição histórica de Skocpol leva a melhor sobre o seu proclamado método histórico comparativo. Outras vezes, contudo, é o método que leva a melhor sobre a intuição. Em aspectos determinantes, a sua teoria é um artefacto composto pelos dois princípios da indução. O método acaba por se substituir à teoria.

Para executar o método do acordo de Mill, Skocpol *tem* de partir de três pressupostos. Primeiro, as revoluções francesa, chinesa e russa fazem parte da mesma classe de objectos. Skocpol define revolução como “a coincidência entre mudança estrutural da sociedade e sublevação das classes; e a coincidência entre transformação política e transformação social” (Skocpol, 1979: 4); de tal modo que as três revoluções parecem realmente exemplos particulares de uma única espécie¹². Segundo, os mesmos factores causais

2. História “suspensa”

a importância de teorias anteriores e toma os factos como dados adquiridos. Muito diferente é o método de *The Vendée* onde Tilly atribui grande peso quer à construção social e ao carácter tendencioso dos factos históricos, quer à necessidade de proceder dedutivamente a partir de uma teoria — no seu caso, uma teoria da urbanização. Quando um investigador reúne os seus dados tendo em vista uma cuidada análise comparativa, a necessidade de lidar com o carácter ilusório, complexo e incerto dos “factos” obriga-o a uma muito mais forte dependência da teorização prévia. Mais importante ainda, Tilly procura *reconstruir* teorias baseadas numa anomalia — um movimento contra-revolucionário na França revolucionária — em vez de, indutivamente, *descobrir* teorias.

¹² Skocpol escreve também o seguinte: “As Revoluções Sociais são rápidas transformações básicas do estado de uma sociedade e das estruturas das classes” (*ibid.*: 4). Será que a Revolução Chinesa de 1911 corresponde a esta definição, tendo-se completado a transformação só em 1949? Ela própria refere-se ao período entre 1911 e 1949 como um interregno revolucionário (*ibid.*: 80 e 148). Quão rápido é “rápido”?

operam nas três revoluções, isto é, há de facto *uma* teoria das revoluções sociais. Terceiro, os padrões causais que conduzem a revoluções fracassadas são diferentes dos padrões causais que conduzem a revoluções bem sucedidas. Em suma, as causas das revoluções que transformam estruturas políticas são manifestamente distintas das causas das revoluções que transformam estruturas sociais (Nichols, 1986).

Estes pressupostos equivalem a “suspender” a história mundial durante três séculos — entre 1640 e 1947 —, no sentido de que, ao longo deste período, as revoluções foram de uma única espécie e tiveram as mesmas causas. Poderia dizer-se que Skocpol mantém a história constante ou controlada. De tal maneira que, por exemplo, rejeita a sublevação da classe operária em Petrogrado e Moscovo em 1917 enquanto elemento *necessário* à Revolução Russa, porque nas outras duas revoluções essa sublevação não se verificou (Skocpol, 1979: 113). Esta conclusão é “fabricada” pela sua metodologia¹³; não é justificada por um exame dos acontecimentos da Revolução Russa.

Uma segunda consequência advém do pressuposto metodológico de uma lógica causal comum. Este pressuposto exclui a possibilidade de uma revolução poder criar novas condições propícias a subseqüentes revoluções. Também neste aspecto, o método de Mill leva a melhor sobre o próprio parecer de Skocpol. Antes de avançar com a análise concreta das revoluções, esta autora escreve na Introdução:

Deve atentar-se nos efeitos das seqüências históricas e da transformação histórica mundial. [...] Por um lado, é possível que os intervenientes numa revolução sejam influenciados pelos desenvolvimentos de revoluções anteriores; por exemplo, os comunistas chineses tornaram-se émulos conscientes dos bolcheviques e receberam, durante algum tempo, ajuda e conselho do regime revolucionário russo. Por outro lado, é possível que importantes “rasgos” de significado histórico mundial — tais como a Revolução Industrial ou a inovação leninista na organização partidária — intervenham entre revoluções largamente semelhantes (Skocpol, 1979: 23-24).

¹³ Também aqui o próprio Mill adverte contra o método da concordância: “O simples facto de termos conseguido eliminar alguma circunstância não nos permite, de modo algum, inferir que esta circunstância não tenha contribuído para o efeito em algumas das mesmas instâncias das quais a eliminámos. Podemos concluir que o efeito é algumas vezes produzido sem ela, mas não que ela, quando presente, não contribua com a sua parte.” (Mill, 1888: 612). Até mesmo na discussão das ciências da natureza, Mill (*ibid.*: Livro III, cap. 10) nos sensibiliza para o problema da pluralidade de causas, para o facto de o método da concordância partir do pressuposto de que “determinado efeito pode apenas resultar de um conjunto de condições” (*ibid.*: 311).

Poderia acrescentar-se, parafraseando Sewell, que a Revolução Francesa enriqueceu o discurso político através da introdução das ideias de “revolução” e “nacionalismo” (Sewell, 1985: 81-84). Todavia, para aplicar o método da concordância, Skocpol afugenta quaisquer imitações, empréstimos ou irrupções históricas. As revoluções têm de constituir-se como eventos desligados e isolados no espaço e no tempo; elas são, assim, arrancadas à história mundial organicamente evolutiva de que fazem parte.

Como já atrás argumentei, a aplicação dos princípios da indução de Mill para explicar a revolta camponesa invalida a sua aplicação na explicação das crises políticas. Por um lado, ao aplicar o método da diferença às causas da revolta camponesa, Skocpol admite que as crises políticas podem desenvolver-se a partir de contextos causais muito diferentes. Por outro lado, a aplicação do método da concordância às revoluções bem sucedidas *pressupõe*, sem justificação empírica ou teórica, que durante três séculos as causas das crises políticas foram as mesmas. Avançarei agora que este mesmo procedimento indutivo também nos conduz à característica central da teoria de Skocpol, ou seja, que as revoluções não se “fazem” mas “acontecem”.

De acordo com Mill “o Princípio da Causalidade, cujo reconhecimento constitui o principal pilar da ciência indutiva, nada mais é do que a verdade que já conhecemos — que a invariabilidade na sucessão se verifica entre qualquer facto na natureza e qualquer outro facto precedente, independentemente de quaisquer considerações relativamente ao modo supremo de produção de fenómenos e independentemente de qualquer outra questão respeitante à natureza das ‘Coisas-Elas-Mesmas’” (Mill, 1888: 236). Quando buscamos uma lógica causal das revoluções sociais procuramos necessariamente regularidades empíricas ou aquilo a que Skocpol chama “associações causais” (Skocpol, 1979: 39). O mesmo é dizer que Skocpol procura as condições precedentes comuns a todas as revoluções bem sucedidas e ausentes das revoluções fracassadas. Esta utilização da causalidade humana deixa duas coisas por explicar: a existência das condições precedentes e o modo como estas produzem os seus efeitos¹⁴. São precisamente estas omis-

¹⁴ O modelo dedutivo-nomologista de Carl Hempel recodifica a causalidade humana da “conjunção constante” ao reiterar que a conexão entre condições precedentes e efeitos tem de ser explicada por “leis abrangentes” universais. Hempel argumenta que Skocpol não distingue entre condições

3. Ausência de processos causais

sões explanatórias que favorecem a ideia de que as revoluções “acontecem”¹⁵.

O método de Skocpol permite explicar os *factores* das revoluções sociais mas não os *processos* sociais que tornam esses factores em *causas*¹⁶. Em termos ligeiramente diferentes, os cânones da indução visam descobrir as condições *necessárias* à revolução, mas não os processos que tornam essas condições *suficientes*. Um exame desses processos sociais implicaria um exame de como são “feitas” as revoluções. Em suma, Skocpol conclui que as revoluções “acontecem” porque o seu método suprime o modo como elas são “feitas”, justamente porque esse mesmo método não destrinça entre condições necessárias e condições suficientes.

Não se pretende com isto negar que Skocpol invista muita energia na descrição dos processos revolucionários — na análise das causas das revoltas camponesas, das percepções das classes proprietárias francesas ou das lutas entre as classes proprietárias na explicação da Revolução Chinesa. Na verdade, não fora esse tratamento forçosamente fecundo do processo revolucionário, o seu livro nunca teria recebido o merecido aplauso que recebeu. Esta virtude é inegável *apesar* do seu método assumido, não por causa dele. Os processos sociais — considerados acidentais no propósito metodológico — são excluídos desse método, não sendo,

precedentes e “leis”. “Um erro semelhante consiste em isolar um de vários e importantes grupos de factores e pretender em seguida que o fenómeno em questão é ‘determinado’ por esse grupo de factores, podendo, portanto, ser explicado nesses termos” (Hempel, 1965: 239). Com efeito, o modelo de Hempel raramente é executado em análise histórica, facto que o próprio atribui à complexidade das leis da história; pelo contrário, Popper argumenta que é frequentemente a insignificância dessas leis que determina a sua omissão (Popper, 1957). Seja como for, Skocpol parece partilhar com Hempel o receio de invocar mecanismos causais como característica definidora da explicação. Para uma crítica geral das deficiências de um tal empirismo ver, por exemplo, Miller, 1987: parte I.

¹⁵ Na sua réplica à recensão de Sewell, Skocpol escreve: “Poucos aspectos de *States and Social Revolutions* foram tão mal entendidos quanto a invocação de uma abordagem ‘estruturalista’ ‘não-voluntarista’, na explicação das revoluções sociais. [...] Pois que a questão é simplesmente esta: nenhum grupo agindo individualmente, seja uma classe, seja uma vanguarda ideológica, deliberadamente configura os conflitos complexos e multiplamente determinados que provocam crises e efeitos revolucionários.” (Skocpol, 1985: 86-87). Mas qual é o cientista sério que defende que a acção intencional de um único agente é causa *suficiente* para a revolução? Aqui, Skocpol critica teorias que ninguém defende e defende teorias que ninguém critica. A efectiva pretensão que Skocpol persegue no seu livro é mais interessante. Aí ela nega que a intenção, por parte de um agente colectivo, de fazer uma revolução seja *necessária* à sua eclosão. Contudo, esta não é uma afirmação empiricamente examinada nem tão pouco justificada e articula-se, na minha opinião, com o carácter da sua análise causal.

¹⁶ Stinchcombe faz a mesma crítica a Skocpol por não contemplar os micro-fundamentos do processo revolucionário, mas não atribui o facto ao seu método (Stinchcombe, 1983: 12-15 e 247-250).

portanto, teorizados. Skocpol não apresenta nenhuma teoria sobre o modo como condições precedentes conduzem a actos revolucionários.

Se o método de Mill — longe de ser um dispositivo neutro para derivar uma teoria a partir dos factos — encobre os seus pressupostos teóricos mais vulneráveis, então, uma mudança de método deveria conduzir a resultados diferentes. Ao examinar os efeitos das revoluções, Skocpol renuncia à rigorosa aplicação dos métodos da concordância e da diferença em favor de uma estratégia mais vaga, através da qual ela analisa o modo como a queda do antigo regime, a cronologia e a natureza das revoltas camponesas, os legados sócio-económicos do antigo regime e os acontecimentos históricos mundiais desencadearam lutas sociais entre dirigentes políticos que tentavam “afirmar e fazer prevalecer as suas pretensões à soberania do Estado” (Skocpol, 1979: 164). As explicações de Skocpol são “sobre-identificadas”, apresentando mais variáveis independentes do que casos. Com tantos factores explicativos para manipular, é impossível que ela não consiga explicar qualquer variação na “construção do Estado”, particularmente quando essa construção é definida tão vagamente como “a consolidação de novas organizações estatais” (*ibid.*: 163). Se a sua análise dos efeitos não se pode dizer ousada e precisa, será que essa análise evita, ao menos, as armadilhas da sua teoria das causas revolucionárias, nomeadamente, a ausência de mecanismos causais e a separação artificial de causa e consequência?

Em princípio, sim; na prática, não. Mesmo uma tal aplicação imprecisa dos métodos da concordância e da diferença obriga Skocpol a atribuir as diferenças e as semelhanças dos resultados revolucionários às exigências da crise revolucionária. Ela vê-se, assim, obrigada a desenhar um quadro em que o efeito já está presente na crise. A vitória de Estaline terá sido inevitável porque, nas circunstâncias do socialismo num só país, a sua estratégia político-económica agradou mais às elites políticas. Nada nos é dito sobre os conflitos entre Estaline e a Oposição de Esquerda, e a luta entre Estaline e a Oposição de Direita é reduzida à falta de realismo da estratégia económica de Bukharine. Mas, então, por que razão não triunfou Trotsky, em 1924, quando já advogava a colectivização e o planeamento central? Por que razão temos de esperar que Estaline o faça em 1929? Embora Skocpol reconheça a importância dos conflitos dentro e fora do Estado, o método comparativo não estimula a sua

análise. Na sua concepção, os efeitos revolucionários são iminentes à crise revolucionária e as revoluções acontecem em resultado de toda um constelação de factores estruturais. Por isso, a história fica reduzida ou a leis condicionais ou a meros acidentes. Nos dois casos, o *método* não deixa lugar à acção humana.

4. A não-falsificabilidade

Vimos como o método da indução conduz, nalguns casos, à sua própria rejeição (secção 1) e, noutros, à explicação arbitrária (secção 2 e 3). Tratámos, assim, o contexto da descoberta; e o contexto da justificação? Skocpol imuniza contra a falsificação a sua teoria metodologicamente induzida usando dois estratégias metodológicas diferentes: presuppõe que apenas uma teoria pode “corresponder” aos “factos” e recusando-se a considerar previsões. Trataremos o primeiro estratégia nesta secção e o segundo na secção seguinte.

De que maneira alega Skocpol a superioridade da sua teoria sobre as outras? Apenas na Introdução ela trata com alguma demora outras teorias. O método da argumentação é o da asserção. A “imagem finalista” das revoluções parte do falso pressuposto de que a ordem da sociedade depende do consenso sobre valores (*ibid.*: 16). E a teoria da privação relativa é considerada demasiado geral para ser contestada (*ibid.*: 34), apesar de a própria autora invocar uma das suas variantes quando explica as rebeliões camponesas (*ibid.*: 121-123). Na verdade, não encontramos nenhum processo de justa avaliação das diferentes teorias. Skocpol parte do princípio de que, se a sua teoria é correcta, então as outras devem estar erradas; ou seja, ela pressupõe que, seguindo o método certo, um conjunto de factos inequívocos e “pré-existent” determinará as teorias de forma exclusiva. O princípio de que um corpo de factos incontestáveis constitui o firme sustentáculo do conhecimento é um princípio falacioso, por duas razões. Primeiro, os factos em si não são “dados” adquiridos e os factos históricos, em particular, procedem de um vasto corpo de acontecimentos passados. Segundo, diferentes teorias podem muito bem aplicar-se aos mesmos factos ¹⁷. Tratarei, separadamente, cada uma destas falácias.

¹⁷ Conquanto Mill não considere os factos como problemáticos, reconhece-lhes, todavia, alguma subdeterminação explicativa: “Consequentemente, a maior parte dos pensadores minimamente circunspectos concede que uma hipótese deste tipo não deve ser aceite como provavelmente verdadeira porque ela explica todos os fenómenos conhecidos; dado que esta é uma condição

Antes de mais, os factos são *seleccionados*. Por exemplo, para demonstrar que a sua teoria “estrutural” se ajusta aos factos, Skocpol presta pouca atenção aos factos históricos que valorizam a importância da legitimidade dos estados e pouca atenção presta também ao papel dos partidos políticos. Ignora mesmo os factos susceptíveis de demonstrar a validade de teorias rivais. Mais importante ainda, os factos são já *interpretações*. Neste aspecto, a obra de Skocpol é notável por ignorar as controvérsias que basicamente alimentam os debates dos historiadores. O tratamento conservador que François Furet faz das diferentes interpretações da Revolução Francesa mostra bem como os debates sobre “os factos” têm sido instrumentalizados em função de interesses políticos presentes (Furet, 1981). Segundo Furet, a Revolução Francesa não foi sequer uma revolução, no sentido que lhe atribui Skocpol — isto é, a “coincidência entre transformação política e transformação social”. A interpretação de Skocpol, diria Furet, confunde a mitologia da revolução com a sua realidade; aquilo que distingue a revolução não é uma transformação da estrutura social mas a “cristalização colectiva” de um novo discurso político. A questão que aqui se levanta não é a de saber quem está certo — se Soboul, se Lefebvre, Mazauric ou Furet —, a questão é tão-só esta: para Skocpol, os factos detêm uma evidência que escapa aos historiadores. Isto torna-se assaz problemático quando ela presume a existência de uma crise política da sociedade (por exemplo, na Alemanha de 1848 ou no Japão de 1868) ou faz alegações sobre a existência de “pressões internacionais”. A ironia está em que, ao mesmo tempo que segue o método da indução e sublinha que os padrões históricos falam por si, Skocpol presta pouca atenção às controvérsias que grassam ao redor dos “factos” históricos. Ela é forçada a esta cegueira por forma a poder pôr em andamento o seu mecanismo indutivo.

Ao confiar no método da indução, Skocpol pressupõe, não só que os factos não são problemáticos, mas também que, uma vez constituídos, eles dão origem a uma única teoria. Mas existem teorias alternativas compatíveis com os mesmos “factos”. Por exemplo, a reconstrução, por por vezes razoavelmente bem realizada por duas hipóteses em conflito; havendo provavelmente muitas outras igualmente possíveis, mas que, por ausência de qualquer coisa análoga na nossa experiência, as nossas mentes são incapazes de conceber. Mas há quem pense que uma hipótese deste tipo tem direito a uma recepção mais favorável quando, para além de explicar todos os factos previamente conhecidos, conduziu à antevisão e à previsão de outros que a experiência posteriormente verificou [...].” (Mill, 1888: 356).

Stinchcombe, das interpretações avançadas por de Tocqueville e Trotsky sobre as revoluções francesa e russa, constitui uma variante da teoria do Estado fraco (Stinchcombe, 1978: cap. 2). As revoluções acontecem quando os regimes se tornam ineficazes e emergem centros de poder alternativos. Será que Skocpol produz alguma prova que ponha em causa esta teoria? Se esta teoria explica quer os casos bem sucedidos, quer os mal sucedidos, como pode ela reclamar a superioridade da sua?

Os cânones da indução de Mill podem gerar inúmeras explicações causais a partir dos mesmos factos, mas não podem discriminá-los com base no seu conteúdo de verdade. Consequentemente, Morris Cohen e Ernest Nagel concluem que o método é inútil como veículo de descoberta ou de prova (Cohen; Nagel, 1934: cap. XIII). Sugerem, então, que ele seja aplicado para eliminar, em vez de confirmar, teorias já propostas. Por outras palavras, em vez de apresentar a sua teoria na forma de uma arrojada conjectura, Skocpol teria feito melhor se tivesse usado o método de Mill para descartar teorias funcionalistas da revolução — estruturais ou marxistas — por contradizerem factos aceites. No entanto, Skocpol faz precisamente o oposto: na tentativa de confirmar a superioridade da sua própria teoria, decreta a invalidade das teorias alternativas, ao mesmo tempo que propõe um conceito erróneo de indução¹⁸.

5. Ausência de previsões

O compromisso que Skocpol assume com os princípios da indução permite-lhe proteger a sua teoria da concorrência com outras, mas será que ela também protege a sua teoria dos factos? Já me referi ao passo, no início do livro, onde o seu objectivo é traçado: "Este livro interessa-se [...] fundamentalmente por compreender e explicar a lógica generalizável em funcionamento no conjunto total das revoluções em causa" (Skocpol, 1979: 6). No fim do livro pode ler-se:

Tão amplas parecenças levantam a questão da legitimidade da generalização das teses apresentadas neste livro. Poderão elas ser aplicadas a outros casos que não o francês, o russo e o chinês? Num certo sentido, a resposta é inequi-

¹⁸ Como Karl Popper apontou, existe uma afinidade latente entre a «indução» e o «dogmatismo»: «Pois que, a atitude dogmática tem claramente que ver com a tendência para *verificar* as nossas leis e esquemas procurando aplicá-los e confirmá-los, ao ponto de esquecer as refutações; pelo contrário, a atitude crítica caracteriza-se pela prontidão em mudá-los — testá-los; refutá-los; *falsificá-los*, se possível. Isto sugere que podemos identificar a atitude crítica com a atitude científica e a atitude dogmática com aquela que descrevemos como pseudo-científica» (Popper, 1963: 50).

vocamente “não”. Não podemos pegar nas teses causais específicas que foram elaboradas para os casos da França, da Rússia e da China e transformá-los mecanicamente numa “teoria geral das revoluções” aplicável a todas as outras revoluções sociais modernas (*ibid.*: 288).

Em vez de se confrontar com previsões derivadas da sua explicação das revoluções clássicas, Skocpol desenvolve os rudimentos de uma teoria alternativa das revoluções sociais modernas, adaptada às condições políticas e económicas dos últimos quarenta anos.

Sem dúvida que dá jeito à autora, do ponto de vista da sua teoria, recorrer à estratégia da divisão da história em dois períodos: um, que abarca três séculos (a era das revoluções clássicas), no qual opera um conjunto de factores causais; e outro, que dura quarenta anos (a era das revoluções modernas), no qual opera um conjunto diferente de factores causais. Mas esta estratégia também ameaça corroer a sua teoria. Pois como se justifica uma divisão do período compreendido entre a Revolução Inglesa e o presente em apenas dois segmentos e não em quatro, digamos? Por que razão não apresenta ela uma lógica causal diferente para cada revolução clássica? Afinal, a similitude das lógicas causais foi mais uma restrição metodológica do que teórica.

Parece que há somente duas maneiras de justificar esta suspensão da história em dois blocos. Skocpol poderia ter alegado que as revoluções modernas não são revoluções sociais. Ou poderia ter feito derivar um conjunto de uniformidades mais gerais que abarcasse as lógicas de ambos os períodos, clássico e moderno. Na sua mais recente análise da Revolução Iraniana, a primeira alternativa é explicitamente repudiada. Skocpol considera a Revolução Iraniana uma revolução social e reconhece que a sua teoria anterior não funciona: o Islão xiita constituiu um ingrediente essencial numa revolta de matriz urbana. “Felizmente [...], em *States and Social Revolutions*, neguei explicitamente a possibilidade de se revelar fecunda uma teoria causal geral das revoluções que tivesse aplicação em todos os tempos e lugares.” (Skocpol, 1982: 268).

Vejamos agora a justificação da distinção entre revoluções sociais modernas e revoluções sociais clássicas. Será que as suas causas lógicas partilham de algumas uniformidades subjacentes? Skocpol reconhece esta estratégia e extrai da sua análise a seguinte conclusão final: “Parece que nas futuras revoluções, tal como nas do passado, a sobe-

rania do Estado tenderá a ser um elemento central” (Skocpol, 1979: 293). Teria sido necessária uma análise histórica tão elaborada para chegar a esta conclusão? Essa centralidade do Estado não estará já embutida na sua definição de revolução social?

Qual poderia ter sido o procedimento se Skocpol estivesse interessada em elaborar uma lógica causal que abrangesse as revoluções modernas e as revoluções clássicas? Na sua opinião, um dos aspectos críticos que separam o período moderno do clássico é a capacidade dos estados para contrariarem as revoluções com o recurso à organização e à moderna tecnologia militares (*ibid.*: 289). Podíamos inferir daqui que, na sua teoria das revoluções clássicas, a capacidade estatal constituiria uma variável crucial. De facto, encontramos ao longo do texto referências à capacidade dos estados para controlarem surtos de pressão internacional, à resistência por parte das classes proprietárias e às pressões provocadas por rebeliões camponesas. Skocpol observa, por exemplo, que, depois de 1750, a capacidade bélica da Inglaterra era superior à da França e que a Prússia era financeira e militarmente mais poderosa na crise de 1848 do que a França em 1789 ou a Rússia em 1917. Apona também para a força demonstrada pelo Estado czarista relativamente às suas próprias classes proprietárias e, antes da Guerra da Crimeia, relativamente a outras grandes potências. Contudo, Skocpol não teoriza o conceito de “capacidade estatal” por forma a poder usá-lo como elo de ligação entre os dois períodos. Uma tal abordagem poderia, por exemplo, ter lançado luz sobre o seu interesse original pelas perspectivas de uma revolução na África do Sul¹⁹.

¹⁹ É claro que, subsequentemente, Skocpol começou a reflectir sobre a capacidade dos estados, especialmente no livro que co-organizou com Peter Evans e Dietrich Rueschemeyer, *Bringing the State Back In* (Skocpol *et al.*, 1985). Aqui, a sua hostilidade em relação às tradições de pesquisa toma uma nova feição. Por um lado, as teorias “neo-marxistas” do Estado são amputadas das suas raízes marxistas e são situadas nos debates académicos que tiveram lugar nos Estados Unidos, nas décadas de 60 e 70. Trata-se de uma curiosa viragem para uma pessoa tão empenhada na análise histórica (cf. Cammack, *s/d*). Por outro lado, ao mesmo tempo que rejeita *tout court* os programas de investigação, Skocpol lança o seu próprio programa, invocando Weber e Hintze como potenciais progenitores da perspectiva “estadocêntrica”. Ainda aqui, Skocpol vacila entre uma tese vigorosa, segundo a qual a dinâmica do Estado representa o móbil central da história e uma tese pouco consistente que defende simplesmente não poder o Estado ficar de fora. Skocpol continua a mostrar uma forte predilecção indutivista pela confirmação, depurando as suas teorias de contra-exemplos, por vezes, com prejuízo da sua capacidade explanatória. Dessa forma, quando confrontada com anomalias, ao invés de especificar e reconstruir a sua tese mais vigorosa, abandona-a em favor da tese menos consistente, que ratifica uma verdade corriqueira (Wright, 1986).

As teorias podem sempre ser resgatadas quando deixam de corresponder a alguns conjuntos de factos, velhos ou novos. Aliás, essa é, segundo Lakatos, a essência do crescimento do conhecimento científico. O importante, porém, é o modo como lidamos com esses contra-exemplos. As estratégias da “exclusão da besta” (redefinir o significado de revolução social, coisa que Skocpol repudia) ou da “exclusão da excepção” (limitar o âmbito da teoria original às revoluções clássicas) reduzem o conteúdo empírico da teoria; pelo contrário, a “incorporação de lemas” (o encaixe de uma teoria auxiliar sobre a capacidade estatal) enriqueceria a teoria original (Lakatos, 1976). A divisão que Skocpol faz da história mundial em duas partes — uma onde a sua teoria funciona e outra onde não funciona — não é um estratagema que estimule o nosso entendimento das revoluções. Mas o que é facto é que este decorre da suspeita alimentada pela indução relativamente à previsão e, mais fundamentalmente ainda, do interesse que ela manifesta em aperfeiçoar conjecturas mais pelo acréscimo em verdade do que pela redução em falsidade. A indução procura aperfeiçoar conjecturas evitando refutações; ela resgata assim “o crescimento do conhecimento do horror dos contra-exemplos” (*ibid.*: 37).

Vimos que a aplicação do método da concordância e do método das diferenças não discrimina entre uma série de teorias possíveis e introduz pressupostos teóricos arbitrários e vulneráveis, criando, ao mesmo tempo, uma aparência de certeza ao resguardar a teoria quer da falsificação, quer da concorrência com outras teorias. Estes problemas derivam do pressuposto de que a história é um “*corpus* de factos verificados” (Carr, 1961: 6), um esteio rochoso de “factos irreduzíveis e inflexíveis” (Whitehead, 1925: cap. 1). Esta escola indutivista da história vê o presente como uma posição vantajosa, no que respeita à objectividade, a partir da qual podemos inferir generalizações sobre o passado. Quanto mais longínqua for a área do passado que investigamos maior o potencial de uma história objectiva. Na medida em que está vinculada à indução, Skocpol pressupõe que o passado nos transmite uma única mensagem, ou uma série de mensagens que convergem numa qualquer verdade; que podemos, com efeito, obter uma história do passado independente do presente em transformação. A barreira que a autora ergue entre as revoluções clássicas e as revoluções modernas é apenas o mais flagrante testemunho da separação que opera entre

6. A história do passado

o passado e o presente. A recusa em extrair quaisquer lições palpáveis da sua análise das revoluções sociais desliga igualmente o passado do futuro. Mas a história é inelutavelmente a conexão entre um passado e um futuro que emerge do presente. A história “exige-nos o estudo dos mortos e dos vivos” (Bloch, 1953: 47). O presente constitui a lente através da qual vemos o passado, gera os problemas para cuja solução o passado pode servir de ajuda, e fornece o vocabulário, conceitos e teorias através dos quais traduzimos o passado em história. Nas palavras de Croce, “toda a história é história contemporânea”.

O método de Mill exige que o passado seja desligado do presente, mas, apesar disso, Skocpol procede cautelosamente. Na primeira página do capítulo introdutório, ela justifica assim o seu interesse pelas revoluções: “Elas deram origem a modelos e a ideais que tiveram enorme impacto e influência internacionais — especialmente quando as sociedades transformadas foram extensas e geopoliticamente importantes, grandes potências ou em vias disso” (Skocpol, 1979: 3). Mais uma vez, Skocpol repudia os cânones da indução de Mill e é aí que reside a sua força.

7. Estar fora da história

Para separar a análise do passado da do presente é necessário estar fora da história como observador objectivo. Todavia, Skocpol não se reclama dessa posição. No prefácio a *States and Social Revolutions*, encontram-se descritas as experiências formativas que a levaram a estudar as revoluções sociais: militância política no início da década de 70, o *puzzle* da África do Sul e a sua incursão pelas origens históricas da Revolução Chinesa. Nas incisivas reflexões que faz sobre a seu percurso profissional, Skocpol salienta de novo o contexto biográfico e histórico para explicar os motivos que a levaram a empreender um tão ambicioso projecto na sua dissertação (Riley, 1988: 145-162).

Porém, estas reflexões apenas sublinham a pertinência do meu raciocínio. Skocpol reconhece que ela própria e a sua teoria ligam o passado ao futuro, mas este reconhecimento é apresentado como mera informação de fundo, relegada para o prefácio, para as observações preliminares ou para um dado autobiográfico e, o que é mais importante, abandonada à medida que Skocpol desenvolve o método da concordância e da diferença²⁰. A interacção do passado com o

²⁰ Razões idênticas foram recentemente aduzidas contra os estudos antropológicos clássicos na obra *Writing Culture* (Clifford et al., 1986). Neste

presente, da cientista social com o mundo que habita, é incluída apenas para depois ser desvalorizada. É, assim, irrelevante para o processo científico, ou seja, para a tarefa séria que é a de extrair uma teoria a partir de dados concretos. Contudo, vimos acima na secção 1 que, longe de explicar o modo como Skocpol atingiu a sua teoria das revoluções, o seu método refuta essa mesma teoria. Por outras palavras, os cânones de Mill escondem mais do que desvelam a origem da sua teoria.

Nesse caso, de onde lhe vem a teoria? Podemos agora especular e ver insinuada na sua teoria algumas das mais liberais correntes político-sociais que informaram o movimento dos direitos civis, bem como a atmosfera da era pós-Vietname. Não será certamente forçado afirmar-se que a ênfase nos factores internacionais evidencia não só uma apropriação crítica de Barrington Moore e do marxismo mas reflecte também uma tomada de consciência sobre a ascensão e a súbita queda do domínio dos E.U.A. na cena internacional; tal como a autonomia estatal é sinal de um poder executivo aparentemente situado para lá do controlo público. Poder-se-ia entrever no “estruturalismo” de Skocpol uma reacção aos movimentos sociais da década de 60, nos quais participou — movimentos que incorporavam ilusões de transformação radical. Por último, a adopção de um modo científico convencional para desafiar de tal maneira as ortodoxias reinantes pode ser entendida como uma jogada estratégica efectuado por uma doutoranda “ambiciosa” com o intuito de ganhar credibilidade junto da comunidade de sociólogos. A ironia está no facto de que Skocpol é mesmo sensível às correntes que a rodeiam, só que lhes nega o contributo quando introduz insidiosamente a presença

livro, as observações introdutórias ou as reflexões sobre o trabalho de campo aparecem apartadas da ciência “real” da antropologia. A um exame mais atento, porém, essas observações revelam-se constitutivas do texto principal, e não separadas dele. Assim, Renato Rosaldo mostra como os resultados do estudo de Evans-Pritchard sobre os Neuer foram influenciados pelo contexto do domínio colonial e da guerra civil, tal como o relato feito por Le Roy Ladurie sobre Montaillou recalca as consequências de se confiar inteiramente em dados reunidos por um inquérito inquisitorial (*ibid.*: 77-97). Ambos como que colocam entre parênteses a existência de um poder que torna o conhecimento possível. James Clifford argumenta que os textos antropológicos têm múltiplos “registos” — visivelmente, uma voz da ciência paralela a uma voz latente à procura de um mundo natural, essencial e puro; aquilo a que chama o modo pastoral (*ibid.*: 98-121). A etnografia é uma alegoria com mensagens éticas e políticas dirigidas às sociedades industriais altamente desenvolvidas. Por exemplo, a crítica contumaz que Derek Freeman endereça à experiência no terreno dirigida por Margaret Mead faz com que o seu estudo sobre os Samoanos se pareça menos com ciência e mais com uma lição prática e moral aos americanos.

refractada dessas correntes como produto do seu próprio método.

8. O paradoxo da indução

States and Social Revolutions é uma obra rica e complexa. Não é unívoca, mas sim múltívoca. Num certo plano, constitui uma cuidada e determinada aplicação dos cânones da indução de Mill. É, sem dúvida, desta forma que Skocpol anuncia o seu método e organiza a sua análise. É o seu modo científico. Um olhar mais atento revela dois outros modos, não anunciados. Quando o método genérico — no qual cada caso é um exemplo de uma lei ou padrão geral — falha, Skocpol introduz, em substituição, o método genético, no qual a causa lógica é específica de cada caso. Em segundo lugar, insinuam-se, sem justificação, teorias anteriores como se resultassem da aplicação dos cânones de Mill, ou então, como se fossem rasgos de uma imaginação macro-sociológica. Ironicamente, estes desvios do método de Mill constituem a origem da “ideia simples, nova, poderosa e unificadora” da autora. A sua obra sai prejudicada sempre que adere rigidamente ao método da indução. A vantagem, para o que eu aqui pretendia, é que a sua obstinação vem pôr a nu as limitações da indução. Limitações que passo a sintetizar:

a) *Contexto da descoberta.* Ao pretender que a teoria emerge dos factos, a indução oculta outras fontes de teoria, nomeadamente, as intuições sociológicas e as regras metodológicas. Ao invés de ser elaborada como uma estrutura lógica com implicações empíricas, a teoria é apresentada como um sumário dos factos.

b) *Contexto da justificação.* No caso de aparecerem novos factos que refutem a teoria, a teoria não é reconstruída; o seu âmbito será simplesmente limitado. É quase nula a tentativa de submeter teorias a esse teste mais rigoroso que consiste em desenvolver-lhes as implicações com vista à previsão de novos factos.

c) *Contexto do cientista.* Uma vez que os factos são dados adquiridos e relativamente não-problemáticos, os melhores métodos de os compreender são aqueles que despojam o cientista de “vendas”, “lentes”, “preconceitos”, e outros acessórios que radicam numa identificação com tradições históricas e em compromissos com o tempo presente.

No final, ficamos com dois paradoxos. A indução começa a partir de factos pré-existentes mas termina com inexplica-

das teorias pré-existentes. A indução despoja o cientista de preconceitos e vendas, mas fecha os olhos aos preconceitos e às vendas do método. Se os “factos pré-existentes” constituem uma base falaciosa para a ciência social, será que basear-se numa “teoria pré-existente” a levará mais longe?

TROTSKY

Skocpol situa-se numa tradição *positivista* e induz a sua teoria estrutural a partir dos “factos”. Pelo seu lado, Trotsky situa-se num *programa de investigação marxista* e deduz o curso da história ²¹.

1. O método da dedução

65

Todos os programas de investigação científica podem caracterizar-se pelo seu “núcleo duro”. A heurística negativa do programa proíbe-nos de apontar o *modus tollens* a este “núcleo duro”. Em vez disso, devemos recorrer à nossa argúcia para articular, ou até inventar, “hipóteses auxiliares”, que formem um *cinto protector* em redor deste núcleo, e devemos re-apontar o *modus tollens* a estas *hipóteses auxiliares*. É este cinto protector, constituído pelas hipóteses auxiliares, que terá de suportar o ataque dos testes, de ser ajustado e reajustado ou mesmo completamente substituído em defesa desse núcleo agora mais endurecido. Um programa de investigação será bem sucedido se conduzir a uma reorientação progressiva; será mal sucedido se conduzir a uma reorientação degenerativa dos problemas. (Lakatos, 1978: 48)

Trotsky toma como irrefutável núcleo duro do seu programa o célebre sumário que Marx elaborou dos seus estudos no prefácio à *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Aí, Marx descreve como a história evolui de um modo de produção para outro, o que podemos subsumir

²¹ Peter Beilharz avançou a tese de que, longe de deduzir o curso da história, Trotsky lhe impõe um *telos* — a inevitabilidade do socialismo e a visão segundo a qual, em última análise, a história deve estar do lado da classe operária. Beilharz procura descobrir nos primeiros escritos de Trotsky a semente da sua posterior e pouco imaginativa apologia do marxismo. Tudo o que consegue descobrir é o recurso a metáforas geradoras — metáforas de nascimento e morte, doença e saúde, semente e fruto — e a ideia de história como um teatro onde os actores apenas podem interpretar os papéis que lhes são atribuídos. Mas os escritos de Trotsky não se ficam pela metáfora nem pela escatologia. Como se atinge o socialismo, com que meios e quando, nada disso nos é dito; apenas a matéria das suas investigações, inovações e profecias, bem como os seus conflitos. Ao retroprojectar nos primeiros escritos de Trotsky as formulações mais dogmáticas que encontra nos últimos escritos, Beilharz incorre no mesmo pecado generativo de que acusa Trotsky: ao fazê-lo está a pôr de lado os mais importantes contributos de Trotsky para o marxismo (Beilharz, 1987).

nos três postulados do materialismo histórico (Marx, 1970: 19-23):

1. Num determinado estágio do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes. [...] De meios de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações passam a constituir entraves a essas mesmas forças.

2. Começa, então, uma época de revolução social. [...] Na consideração de tais transformações deveria fazer-se sempre uma distinção: entre a transformação material das condições económicas de produção, que podem ser determinadas com a precisão das ciências da natureza, e as formas legais, políticas, religiosas, estéticas ou filosóficas, isto é, numa palavra, as formas ideológicas, através das quais os homens se tornam conscientes deste conflito e o levam até ao fim. [...]

3. Nenhuma ordem social perece antes de todas as forças produtivas que nela cabem se terem desenvolvido; por outro lado, nunca aparecem novas e superiores relações de produção sem que as condições materiais da sua existência tenham amadurecido no seio da velha sociedade.

Este não é, obviamente, o único modo de construir o núcleo duro de um programa de investigação marxista. É, contudo, aquele que Trotsky defende da refutação, através do desenvolvimento da sua teoria da "revolução permanente" e aquele que o leva a prever que a revolução socialista eclodirá num país de segunda linha e não no país capitalista mais desenvolvido, como Marx antevira.

Em *Balanço e Perspectivas*, escrito em 1906, Trotsky defende assim os três postulados. Quanto ao primeiro, "o marxismo previu, há muito tempo, a inevitabilidade da Revolução Russa, cuja eclosão se deveria ao conflito entre o desenvolvimento capitalista e as forças de um absolutismo fossilizado" (Trotsky, 1969: 36). Trotsky descreve o modo como o absolutismo russo estimulou e depois reprimiu o crescimento do capitalismo na tentativa de se defender contra os estados europeus que se tinham desenvolvido numa base económica mais avançada. À medida que a concorrência internacional se intensificava, o Estado russo absorvia mais excedente e, ao mesmo tempo, era incapaz de desenvolver os meios parlamentares necessários ao crescimento do capitalismo. "Assim, o poder administrativo, militar e financeiro do absolutismo — graças ao qual ele podia existir

apesar do desenvolvimento social — não só não excluiu a possibilidade da revolução — como sustentavam os liberais — mas, pelo contrário, fez da revolução a única saída [...]” (*ibid.*: 44).

Em segundo lugar, de que carácter se iria revestir esta revolução? Seguindo Marx, a eclosão revolucionária “depende directamente, não do nível atingido pelas forças produtivas, mas das relações na luta de classes, da situação internacional e, finalmente, de uma série de factores subjectivos. [...]” (*ibid.*: 63). Na Rússia, a classe operária é a única com capacidade e determinação para levar a bom termo uma revolução burguesa contra uma monarquia absolutista mas, uma vez ela realizada, deve avançar no sentido do socialismo e o êxito deste avanço é previsto contando com o apoio da revolução socialista no Ocidente. Por conseguinte, e chegamos à defesa do terceiro postulado, os pré-requisitos objectivos do socialismo encontram-se nos países capitalistas desenvolvidos enquanto os pré-requisitos subjectivos se encontram na Rússia. A teoria da *revolução permanente* — a revolução ininterrupta do absolutismo para o socialismo na Rússia e o conseqüente despoletar de revoluções noutros países — coordena os dois conjuntos de pré-requisitos.

Vemos que a teoria trotskista da revolução permanente visa proteger o núcleo duro do marxismo das refutações baseadas no fracasso das revoluções nos países capitalistas mais avançados. A teoria da revolução permanente incide nos factores que Skocpol também acentua, nomeadamente, as relações internacionais e a autonomia do Estado. Ambos reconhecem também o papel decisivo da revolta camponesa concordando em que os camponeses, segundo as palavras de Trotsky, “são absolutamente incapazes de assumir um papel político *independente* (*ibid.*: 72) ou no dizer de Skocpol, “lutam por objectivos concretos sem se tornarem uma classe em si mesma, organizada a nível nacional” (Skocpol, 1979: 114). É precisamente sobre a classe operária que Trotsky e Skocpol diferem.

A construção do Estado Soviético dependia da conjugação e da interacção de dois factores pertencentes a duas espécies históricas completamente diferentes: uma guerra dos camponeses — um movimento característico do início do desenvolvimento burguês — e uma insurreição proletária — o movimento que sinaliza o declínio desse desenvolvimento. Essa é a essência de 1917. (Trotsky, 1977: 72)

De onde vem esta divergência?

2. A história nunca se repete

Por imposição *metodológica*, Skocpol retira à classe operária qualquer papel decisivo nas causas da revolução, ao *pressupor* que as três revoluções foram causadas pelos mesmos factores. Onde o método de Skocpol a leva a ver a revolução francesa, a russa e a chinesa como espécies do *mesmo* fenómeno, antecedidas pelas *mesmas* condições, Trotsky vê forças *diferentes* em acção para produzir *diferentes* resultados. Enquanto Skocpol “suspende” a história, Trotsky acredita que: “A história não se repete. Por mais que se compare a Revolução Russa com a Grande Revolução, a primeira nunca se poderá transformar na segunda. O século XIX não passou em vão.” (Trotsky, 1969: 52)²².

O que subjaz a estas asserções? Qual é a heurística positiva, “o conjunto parcialmente articulado de sugestões ou insinuações sobre como mudar e desenvolver as ‘variantes refutáveis’ do programa de investigação, sobre como modificar e tornar mais sofisticado o cinto protector ‘refutável’”? (Lakatos, 1978: 50). Para Trotsky, o princípio central que inspira o mecanismo marxista de resolução de problemas é a perspectiva de que a história é a história da luta de classes. Trotsky adopta como “exemplo” ou “modelo” as análises de Marx sobre a revolução abortada de 1848 em França em *As Lutas de Classes em França* e *O Dezoito do Brumário*. Todavia, Trotsky transcende estas análises tentando mostrar como o desenvolvimento do capitalismo a uma escala mundial cria diferentes equilíbrios de forças entre as classes em diferentes países.

Na Revolução Francesa, o povo — baixa burguesia, operários e camponeses — uniu-se sob a liderança jacobina para derrubar a ordem feudal. A Revolução Francesa foi de facto uma revolução nacional, na qual a sociedade burguesa ajustou contas com os senhores feudais dominantes no passado. Mas o capitalismo era ainda embrionário e o proletariado, um movimento fraco e insignificante. O fracasso da revolução alemã de 1848 reflectiu o desenvolvimento do capitalismo no seio de uma estrutura social particular:

²² Após a Revolução de 1917 e, sobretudo, após a morte de Lenine, em 1924, Trotsky, tal como os outros bolchevistas, tentou encontrar paralelos com a Revolução Francesa. Com relutância, Trotsky chegaria à conclusão de que a burocratização da revolução podia ser entendida como um Terroir soviético e que Estaline ter-se-á tornado num Bonaparte soviético. Ver Trotsky, 1972: cap. 5; Knei-Paz, 1978: 392-410; Deutscher, 1959: 311-314, 342-347 e 457-464; Deutscher, 1963: 313-318. Conquanto tenha reconhecido nas duas revoluções um processo semelhante de burocratização, Trotsky considerava diferentes quer as causas quer os efeitos das revoluções francesa e russa.

Em 1848, a burguesia já não conseguiu representar um papel semelhante. Não queria nem podia tomar a seu cargo a liquidação revolucionária do sistema social que lhe impedia o acesso ao poder. Sabemos agora *porquê*. O seu objectivo — do qual estava perfeitamente consciente — era introduzir no antigo sistema as garantias necessárias, não à sua dominância política, mas à mera partilha do poder com as forças do passado. Tratava-se de uma classe escarmentada pela ignóbil experiência da burguesia francesa; corrompida pelas suas traições e assustada com os seus fracassos. Não só não chefiou as massas no derrube da velha ordem como escorou com o próprio corpo essa mesma ordem por forma a repelir as massas que avançavam. [...] A revolução só poderia realizar-se, não a partir desta burguesia, mas contra ela. (Trotsky, 1969: 55-56)

69

Todas as outras classes — baixa burguesia urbana, campesinato, intelectuais e operários — estavam demasiado debilitadas e divididas para levar a cabo uma revolução contra o absolutismo feudal. Em particular “o antagonismo entre o proletariado e a burguesia — ainda que na conjuntura nacional da Alemanha — era profundo de mais para permitir que a burguesia assumisse afoitamente a hegemonia nacional, mas não tão profundo que permitisse à classe operária fazê-lo” (*ibid.*: 57).

Se, na Alemanha, o desenvolvimento do capitalismo produziu uma paralisação das forças das classes, na Rússia desequilibrou a balança do poder em favor da classe operária. A indústria russa, tardiamente desenvolvida, tinha recebido uma infusão de capital estrangeiro, mas era alimentada pelo Estado. Para fazer face a uma competição política internacional com estados técnica e militarmente mais desenvolvidos, o próprio Estado russo esmagou a economia rural e sufocou o capitalismo nascente. Em resultado disso, sobreveio uma burguesia fraca, dependente do Estado e da banca estrangeira. Concomitantemente, saltando estádios de desenvolvimento e transplantando directamente para a Rússia as mais avançadas formas de indústria, o capitalismo concentrou operários em grandes fábricas. Recentemente desenraizada dos seus costumes feudais e munida apenas de uma parca tradição de arte e engenho para refrear a usurpação por parte do Estado, a nova classe operária só poderia resistir com êxito através da insurreição revolucionária. Foi o desenvolvimento internacional do capitalismo e a sua enxertia na retrógrada estrutura social russa que provocaram a necessidade objectiva de uma revolução

contra o absolutismo, bem como a sua possibilidade subjectiva²³.

Ao explicar os diferentes resultados das revoluções francesa e russa e das fracassadas revoluções alemãs, Trotsky desenvolve a sua segunda teoria — a teoria do *desenvolvimento combinado e desigual do capitalismo a uma escala mundial* — e mostra como esta teoria estabelece parâmetros sobre a configuração das lutas de classes. O capitalismo, em contínua expansão, galga fronteiras e combina-se com diferentes estruturas sociais, produzindo diferentes constelações de forças de classe, de tal modo que as mudanças revolucionárias manifestam características nacionais distintivas. “Seria um estúpido erro identificar a nossa revolução com os acontecimentos de 1789 ou de 1848. [...] A Revolução Russa reveste-se de um carácter muito peculiar que resulta da peculiar orientação geral do nosso desenvolvimento histórico e social e que, por sua vez, nos abre claramente novas perspectivas históricas” (Trotsky, 1969: 36). A teoria da revolução permanente, por um lado, e a teoria do desenvolvimento combinado e desigual, por outro, apoiam-se mutuamente na defesa das teses do materialismo histórico — o núcleo duro do programa de investigação marxista.

3. Processos causais

Vimos anteriormente como o método da indução aplicado por Skocpol reduz os processos causais a associações causais e as forças causais a condições precedentes. Esse método levou-a a eliminar um segundo elemento da heurística positiva que diz respeito ao papel das forças objectivas e subjectivas na história: “Os homens fazem a sua história, mas não a fazem como querem, em circunstâncias por eles escolhidas, mas em circunstâncias directamente encontradas no passado, legadas e transmitidas por esse passado” (Marx, 1963: 15). Este é o *leitmotiv* presente na análise trotskista da história, com a única diferença de que Trotsky tenta desenvolver mais profundamente as ideias de Marx sobre a evolução das condições legadas pelo passado, o modo como essas condições configuram as lutas de classes e como, por sua vez, estas reconfiguram as condições. Trotsky aproxima dois tipos de análise histórica que Marx frequentemente divorciou — a análise da história enquanto construída pelos

²³ Estive a resumir sinteticamente os capítulos 1 e 2 de *Balanço e Perspectivas* e o desenvolvimento mais pormenorizado da mesma argumentação no capítulo 1 e Apêndice do volume I da *História da Revolução Russa*.

homens e a análise da história enquanto construção que se desenrola autónoma e independentemente dos homens.

Na *História da Revolução Russa*, Trotsky retrata de forma expressiva o desmoronamento da estrutura de classes russa e o êxito crescente da revolução, resultante da interpenetração de processos micro e macro-sociais. As restrições de espaço inerentes a um artigo impedem-nos de fazer aqui justiça à imponente análise de Trotsky. A fascinante interpretação de Arthur Stinchcombe sobre a teoria de Trotsky realça o seguinte (Stinchcombe, 1978: cap. 2). A perda de autoridade do Governo Provisório deve-se a um declínio de eficácia, bem como ao desenvolvimento de centros de poder alternativos nos quais podiam participar os camponeses e os operários. O desgaste da autoridade governamental afecta a classe operária, os soldados e os camponeses de modos diferentes e em momentos diferentes, podendo estas diferenças ser explicadas de acordo com as suas posições sociais, políticas e geográficas. À medida que as instituições perdem de vista a finalidade para que foram criadas, tornam-se campos sociais propícios ao conflito aberto. Por último, Stinchcombe chama a atenção para o facto de Trotsky diagnosticar uma acumulação de microprocessos que alteram, em momentos críticos, o andamento da revolução e abrem novas possibilidades históricas às forças rivais²⁴.

Em vez da separação artificial, apresentanda por Skocpol, entre causa e consequência — a revolução, os seus antecedentes e resultados — Trotsky atenta no processo social da Revolução. “A concepção de causa popularizada por Hume e pelas experiências psicológicas — isto é, a causa entendida como um pulsar ou um acontecimento vibrante — não se ajusta muito bem ao modo de análise de Trotsky. Não há nenhum acontecimento que cause uma menor prontidão

²⁴ Não subscrevo a afirmação de Stinchcombe segundo a qual as percepções de Trotsky não têm nada a ver com o seu marxismo e que as boas teorias resultam de uma inspirada interrogação dos factos. As “analogias profundas” não brotam sem mais nem menos dos “factos”, sob a influência do génio. Foi o seu vínculo ao marxismo, e a necessidade de o rever, que o levou a mergulhar nos processos moleculares da revolução. Ainda bem que o bom senso teórico de Stinchcombe leva a melhor sobre a polémica empirista quando reconhece que a interpretação trotskiana da Revolução Russa só faz sentido à luz da sua teoria anterior do desenvolvimento combinado e desigual (Stinchcombe, 1978: 65-66). Na verdade, a polémica empirista é confinada a dois capítulos — a introdução e a conclusão — e não obscurece a fascinante reconstrução que se encontra entre um e outro. Com efeito, a comparação entre de Tocqueville e Trotsky clarifica a construção dos processos causais a partir dos acontecimentos históricos, mas não demonstra a irrelevância das tradições intelectuais em que cada um se firma. Como Charles Tilly sublinhou, a história como imaculada concepção é um mito (Tilly, 1981: cap. 1).

da parte do exército do que da parte dos operários para se insurgirem; há apenas 'processos moleculares' de velocidades contrastantes (Stinchcombe, 1978: 68). Trotsky leva adiante o projecto de Marx que consiste em estabelecer os microfundamentos de uma macro-sociologia, em entender como os indivíduos fazem a sua história, mas não necessariamente da forma como escolhem fazer²⁵.

Os processos moleculares que accionam a revolução também a propulsionam na direcção do futuro. Na Rússia, tal como Trotsky anteviu em 1906, uma vez chegado ao poder com o apoio da classe camponesa, o proletariado não podia deter-se numa revolução democrática, teria de avançar no sentido do colectivismo e de neutralizar a oposição do campesinato (Trotsky, 1969: cap. VI).

O facto de os representantes do proletariado entrarem no governo, não como reféns sem poder, mas como força principal, destrói a fronteira entre o programa máximo e o programa mínimo: o mesmo é dizer *coloca o colectivismo na ordem do dia*. O momento em que o proletariado é impedido de avançar nesse sentido depende das relações de força, mas de maneira alguma das intenções originais do partido proletário. (*Ibid.*: 80)

A dualidade do processo revolucionário, nomeadamente, a concentração da revolução burguesa e da revolução proletária num mesmo processo, poderia definir os problemas específicos do novo regime socialista. Uma casta dirigente, uma ditadura *sobre* o proletariado, emergiria porque as forças de produção estavam subdesenvolvidas, porque algumas alas do campesinato juntamente com as classes proprietárias, a burguesia e a baixa burguesia reuniriam forças para derrubar a ordem socialista e porque a classe operária estaria dizimada e exaurida pela subsequente guerra civil, permitindo à liderança comunista distanciar-se das bases — a classe operária. Este é o cenário que Trotsky antevê já

²⁵ Esta é também a visão de John Roemer sobre o projecto do marxismo analítico: "O que os marxistas devem providenciar são *mecanismos*, que expliquem os fenómenos que eles atribuem a razões teleológicas" (Roemer, 1986: 192). Numa tendência semelhante, o que Jon Elster considera importante e perdurável em Marx é o uso do individualismo metodológico: "a doutrina segundo a qual todos os fenómenos sociais — a sua estrutura e mudança — são, em princípio, passíveis de uma explicação que só envolva indivíduos — as suas características, objectivos, crenças e acções" (Elster, 1985: 5). Todavia, valendo-se dos modelos de opção racional da economia neoclássica, eles orientam-se mais na direcção de um individualismo mitológico do que de um individualismo metodológico. Se a questão dos microfundamentos é para levar a sério, então fariam melhor em estudar a *História da Revolução Russa* do que Walras.

em 1906 e retrata com traços ainda mais vivos trinta anos mais tarde em *A Revolução Traída*.

Assim, enquanto Skocpol vê a ascensão do estalinismo como um facto *imane*nte às peculiares circunstâncias históricas em que a revolução foi forjada, Trotsky vê estas circunstâncias como o *contexto* dos conflitos, reconstruído em cada conjuntura crítica subsequente. Com efeito, de acordo com Deutscher, pode ver-se o fim da Nova Política Económica e a subsequente imposição forçada da industrialização e colectivização, em 1929 e 1930, como a continuação da revolução permanente que Trotsky havia previsto em 1906 (Deutscher, 1963: 110). Já no exílio, Trotsky não viu com os mesmos olhos o rumo tomado pela esquerda estalinista, estando demasiado imbuído da visão leninista segundo a qual, uma vez acontecida, a revolução socialista *evoluiria* na direcção do comunismo. Para Trotsky a continuidade da revolução permanente assentava na sua dimensão internacional. O fracasso dessa dimensão, contudo, impeliu a revolução permanente para dentro do país onde tomou a forma da revolução estalinista, a partir de cima.

Trotsky acredita que a história é determinada, mas aceita que factores subjectivos abram caminho ao futuro. O Terror soviético sob a bandeira do socialismo num país foi apenas uma das várias reacções que se fizeram sentir na década que se seguiu à revolução. A posição do próprio Trotsky no sentido de fomentar a revolução no plano internacional foi uma alternativa e a defesa da continuação da NEP por Bukharine foi outra. Em 1936, Trotsky interpreta os “zigzagues” do período pós-revolucionário como um processo social que o habilitou a antever o futuro. “A tarefa científica, bem como a política, não é dar uma definição acabada de um processo inacabado, mas acompanhar todos os seus estádios, separar as tendências progressistas das reaccionárias, descobrir as suas mútuas relações, prever variantes possíveis de desenvolvimento e fazer desta previsão uma base para agir.” (Trotsky, 1972: 255-256).

Skocpol toma os factos como dados adquiridos e assume que só uma teoria se ajusta aos factos; desta forma, esquiava-se a todo e qualquer juízo de validação entre a sua teoria e as outras, salvaguardando-a da refutação. Trotsky, pelo contrário, firma-se no marxismo e considera ser sua a tarefa de resolver as anomalias geradas pelo marxismo; ou seja, é sua a tarefa de transformar os contra-exemplos em corrobora-

4. A falsificabilidade

rações das premissas do núcleo duro do marxismo pela construção de novas teorias. A heurística positiva salva o cientista de se afundar no "oceano de anomalias" que todos os programas de investigação enfrentam (Lakatos, 1968: 50). O problema é seleccionar de entre as anomalias aquelas cuja solução supostamente fará avançar com maior êxito o programa de investigação. O desenvolvimento de um programa de investigação depende, portanto, da articulação e clarificação das suas aparentes refutações e de um mecanismo que as ordene e as assimile.

As diferentes cinturas do marxismo definem-se em função das anomalias que procuram resolver. O marxismo alemão teve que confrontar-se com uma classe operária em ascensão a apoiar um partido social-democrático que não desafiava a estrutura do capitalismo. Daqui surgiram três constelações teóricas principais — a de Kautsky, de Luxemburg e de Bernstein. O marxismo russo confrontou-se com a anomalia oposta: uma classe operária forte e radical num país económica e politicamente retrógrado. "Apesar de as forças produtivas dos Estados Unidos serem dez vezes maiores que as da Rússia, o papel político do proletariado russo, a sua influência na política do seu país e a possibilidade de influenciar a política a nível mundial no futuro próximo são incomparavelmente maiores que as do proletariado americano" (Trotsky, 1969: 65).

Como vimos, Trotsky procurou reconstruir a visão de Marx, explicitada nos três volumes de *O Capital*, segundo a qual a sociedade mais avançada aponta o futuro às sociedades mais atrasadas — "De Te Fabula Narratur" — e que, portanto, a revolução socialista ocorreria primeiramente no país capitalista cujas forças de produção fossem as mais desenvolvidas. Trotsky substitui a concepção linear de história de Marx pela teoria do desenvolvimento combinado e desigual do capitalismo.

As leis da história não têm nada em comum com um esquematismo pedante. A desigualdade, a lei mais geral do processo histórico, revela-se de uma forma mais agudizada e complexa nos destinos dos países retrógrados. Sob a pressão da necessidade externa, a sua cultura atrasada vê-se obrigada a dar saltos. Desta lei universal da desigualdade deriva uma outra lei que, à falta de uma designação melhor, podemos chamar a lei do desenvolvimento combinado — pela qual queremos definir o acertar dos diferentes estágios da caminhada, uma concertação de ritmos distintos, uma amálgama de formas arcaicas com formas mais contem-

porâneas. Sem esta lei — a ser tomada, evidentemente, na totalidade do seu conteúdo material — é impossível entender a história da Rússia ou a história de qualquer país de segunda, terceira ou décima classe cultural (Trotsky, 1977: 27).

A contrapartida política da teoria do desenvolvimento combinado e desigual do capitalismo é a sua teoria da revolução permanente.

Se pode dizer-se que as duas teorias de Trotsky contêm “ideias simples, novas, poderosas e unificadoras” e que elas normalizam certas anomalias no programa de investigação marxista, será que o fazem através de uma arbitrária remendagem ou será que antevêm factos novos? E se antevêm factos novos, serão estes factos corroborados? Estes constituem o segundo e o terceiro critérios de Popper para o avanço do conhecimento científico. Estes critérios demarcam também a ciência “madura” da “imatura” e os programas de investigação progressivos dos degenerativos (Lakatos, 1978: 86-90).

Trotsky não partilha nenhuma das hesitações de Skocpol no que respeita a fazer previsões. Escrevendo em 1906, Trotsky não só anteviu a Revolução Russa como os processos pelos quais ela se realizaria, bem como ainda os seus resultados. Já vimos como Trotsky previu o desenrolar da Revolução Russa como uma revolução permanente na qual “[...] o proletariado, ao tomar o poder, deve, pela própria lógica da sua posição, inevitavelmente, apressar-se a introduzir a gestão estatal da indústria” (Trotsky, 1969: 67). Mas a Revolução Russa teria de ser uma revolução permanente não só no sentido de passar de objectivos burgueses democráticos a objectivos socialistas, mas também no sentido de se transpor do solo russo para os países capitalistas desenvolvidos da Europa. “*Sem o apoio estatal directo do proletariado europeu, a classe operária da Rússia não pode permanecer no poder e converter a sua dominação temporária numa ditadura socialista perdurável*” (*ibid.*: 105; sublinhado no original). O destino da Revolução Russa está ligado ao destino da revolução na Europa.

Trotsky preenche o segundo e terceiro critérios de Popper para o avanço do conhecimento e o requisito de Lakatos de que um programa de investigação progressivo é aquele que vai além dos factos existentes e prevê factos novos. Quanto à antevisão da Revolução Russa, Trotsky foi bem sucedido,

mas cometeu um redondo equívoco na sua antevisão da revolução na Europa Ocidental. Onde é que Trotsky errou? Ele argumenta que a Revolução Russa podia alastrar pela Europa de várias maneiras: "A Revolução Russa daria certamente um forte impulso ao movimento operário no resto da Europa e, em consequência do conflito que eclodiria, o proletariado poderia chegar ao poder na Alemanha" (*ibid.*: 105). Mais provavelmente, a Revolução Russa alargar-se-ia à Polónia, compelindo os estados alemão e austríaco a declararem guerra contra os novos poderes. "Mas uma guerra europeia significa inevitavelmente uma revolução europeia" (*ibid.*: 112). Por último, o envolvimento da França na economia russa significaria que uma declaração de bancarrota nacional na Rússia poderia criar em França uma crise económica tal que a levasse à revolução.

Subjacente ao optimismo está o pressuposto de que a classe operária na Europa estava preparada para agarrar a primeira oportunidade de revolução. Que provas disso oferece Trotsky em 1906? Ele refere-se ao crescente vigor da social-democracia distinguindo aqui entre o conservadorismo dos partidos socialistas europeus e o radicalismo dos operários que acabariam por ter de tomar a história a seu cargo. Deutscher refere-se a esta opinião como uma "ilusão necessária" sem a qual Lenine e Trotsky nunca teriam tido a coragem de liderar a revolução na Rússia (Deutscher, 1954: 293). Apesar dos contínuos reveses, Trotsky persistiria naquilo a que Krupskaya se referiu como a sua subavaliação da apatia da classe operária.

Este optimismo revolucionário também pode rastrear-se nos tratados sobre o fascismo, escritos no exílio na ilha de Prinkipo. Entre 1930 e 1933 os escritos de Trotsky anteviram a ascensão do fascismo alemão e a ameaça que essa ascensão representaria para a paz internacional e para o movimento socialista. Enquanto quase toda a gente minimizava as mudanças em curso na Alemanha, Trotsky viu o seu verdadeiro significado com pormenores proféticos. Inflexivelmente, mas sem sucesso, Trotsky combateu a identificação pelo Comintern entre fascismo e social-democracia, uma estratégia que dividiu quatro milhões e meio de comunistas contra os socialistas quando só a sua unidade poderia ter salvado a civilização alemã da barbárie. Até ao fim, Trotsky nunca deixou de acreditar que a classe operária alemã se levantaria contra Hitler e evitaria a tragédia que havia previsto.

A história provou o contrário. As análises de Trotsky esbarraram vezes sem conta na impassibilidade do proletariado ocidental²⁶. Foi outro marxista, Antonio Gramsci, quem haveria de incrementar o marxismo, incorporando as percepções de Trotsky numa interpretação mais ampla que tentasse explicar o fracasso da revolução no Ocidente. Nos seus *Cadernos do Cárcere*, Gramsci censura Trotsky por estender a teoria da revolução permanente às modernas sociedades europeias. A Comuna de Paris assinala o fim do período em que o ataque frontal ao Estado era possível. Depois de 1870, na Europa de um modo geral, a extensão da educação, a formação de instituições legais e, fundamentalmente, a emergência de partidos políticos e sindicatos, em suma, o desenvolvimento da sociedade civil exige a construção de forças ideológicas e organizacionais numa "guerra de trincheiras" antes da conquista do Estado. Acompanhando as metáforas militares de Gramsci, a guerra de posição precede a guerra de movimento. A teoria trotskista da revolução permanente reflecte "as condições gerais — económicas, culturais, sociais — num país no qual as estruturas da vida social são embrionárias e indefinidas, e incapazes de formar "trincheira ou forte" (Gramsci, 1971: 256). "Na Rússia, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e inconsistente; no Ocidente, existia uma relação adequada entre o Estado e a sociedade civil e quando o Estado estremecia, a sociedade civil revelava imediatamente uma estrutura vigorosa" (*ibid.*: 238).

Não é esta a ocasião para entrar numa discussão sobre a teoria da ideologia e da política forjada por Gramsci; ainda assim, duas questões são dignas de nota. Primeiro, essa teoria realça a incapacidade de Skocpol para teorizar as diferenças entre as revoluções modernas e as revoluções clássicas. Ao invés de separar o passado do presente, Gramsci usa o passado para esclarecer o que é distintivo no presente e no futuro. Segundo, a teoria de Gramsci demonstra o desenvolvimento progressivo de uma tradição de pesquisa. Gramsci constrói uma cintura de teorias orientada

²⁶ O mesmo pode dizer-se do "trotskismo", em si também muito dividido pelo que herdou de Trotsky. Por um lado, C. L. R. James e Raya Dunayevskaya remontam à original hostilidade de Trotsky em relação ao bolchevismo e à sua fé espontaneista no espírito revolucionário da classe operária, caracterizando ao mesmo tempo a União Soviética como um Estado capitalista. Por outro lado, Ernest Mandel e Isaac Deutscher adoptam uma visão mais invertida da história, fazendo também uma avaliação mais optimista da União Soviética como um Estado operário degenerado (Beilharz, 1987: Parte 2).

para o futuro e destinada a proteger o núcleo marxista das anomalias criadas pelo marxismo clássico da Segunda Internacional e pelo marxismo russo. Estas anomalias, sendo a maior de todas o fracasso da revolução no Ocidente, não são refutações do marxismo mas *puzzles* que reclamam a elaboração do “programa de investigação” marxista.

O recurso a Gramsci para ilustrar a elaboração de uma tradição de pesquisa não deve ser mal entendido. Gramsci não é aqui usado para favorecer Trotsky ou desfavorecer Skocpol. Trotsky impõe-se por si mesmo. A sua superioridade não pode reduzir-se à sua sensibilidade relativamente aos processos moleculares; essa superioridade envolve um consciente empenhamento numa tradição de pesquisa que o forçou a debater-se com anomalias bem definidas e que, conseqüentemente, o levou a criar novas teorias com novas previsões.

78

6. A história do futuro

Ao procurar uma história do passado separada do futuro, Skocpol apela para “os factos”. Ela busca as associações causais que expliquem de uma vez por todas as revoluções clássicas. Ao contrário, Trotsky dialoga com o passado em busca de um futuro cujas possibilidades se encontram no presente. A reconstrução da história torna-se um veículo para compreender trajetórias de saída de um presente em evolução contínua. Porque é referente ao futuro, a sua história não é permanente. “Na história, o absoluto não é algo no passado, do qual partimos; não é algo no presente pois que todo o pensamento presente é necessariamente relativo. É algo ainda incompleto e no processo de devir — algo no futuro, na direção do qual nos movemos, algo que só começa a tomar forma à medida que nos aproximamos e à luz do qual, à medida que avançamos, gradualmente formamos uma interpretação do passado.” (Carr, 1961: 161). “Os bons historiadores”, escreve Carr, “quer estejam ou não conscientes disso, sentem o futuro nos ossos.” (*ibid.*: 143). Trotsky está realmente consciente disso: ele examina a Revolução Francesa e a fracassada revolução alemã para prever a Revolução Russa.

Uma vez que o marxismo persegue um alvo em constante movimento — a possibilidade do socialismo — então também ele próprio deve continuamente transformar-se.

O marxismo é, acima de tudo, um método de análise — não análise de textos, mas análise das relações sociais. Será verdade que, na Rússia, a fraqueza do liberalismo capitalista

significa necessariamente a fraqueza do movimento operário? Será verdade que, na Rússia, não se poderá formar um movimento operário independente antes de a burguesia conquistar o poder? A mera formulação destas questões é suficiente para se ver *que subjaz oculto um formalismo desesperado na tentativa de converter uma observação de Marx historicamente relativa num axioma supra-histórico.* (Trotsky, 1969: 64; sublinhado meu)

Ainda que mantendo-se fiel às premissas do seu núcleo duro, o marxismo deve acompanhar a história.

A história acabou por desmentir o optimismo original do marxismo que previa a revolução socialista na Europa. Este desmentido levou Trotsky a concentrar-se naquilo em que Marx não atentou, o carácter combinado e desigual do desenvolvimento capitalista; daí ao estudo das relações económicas e políticas entre os estados bem como dos diferentes modos de fusão das estruturas das classes foi um pequeno passo. Trotsky anteviu com êxito a Revolução Russa mas não conseguiu compreender o contínuo fracasso da revolução no Ocidente. Gramsci, concentrando-se nas diferentes configurações do Estado e da sociedade civil, no Ocidente e no Leste, anteviu a trajectória dos movimentos socialistas europeus. Gramsci ajudou a estabelecer os fundamentos do que é hoje conhecido por marxismo ocidental, com a sua tónica nos factores ideológicos. Em resultado disso, os marxistas desenvolveram uma nova apreciação das formas culturais em períodos históricos mais recuados. O estrangulamento dos movimentos socialistas no Terceiro Mundo após a II Guerra Mundial exigiu que se forjassem novas teorias sobre o subdesenvolvimento. Munido de tais teorias e fazendo sobressair o carácter internacional da economia capitalista, Immanuel Wallerstein reconstruiu a história do capitalismo na sua totalidade. Mais recentemente, os acontecimentos na Europa de Leste criam um novo conjunto de *puzzles*, nomeadamente a luta dos operários por um socialismo com vestes de nacionalismo e contra os chamados estados socialistas. Este facto reclama a elaboração de teorias marxistas sobre o socialismo de Estado que permitam ver, numa perspectiva diferente, as anteriores lutas pelo socialismo. Desafiado pelas teorias feministas — elas próprias desencadeadas, em parte, pelo aumento da participação das mulheres na economia e na vida pública —, o marxismo foi forçado a incorporar a questão da diferença sexual no seu entendimento da economia política e da

formação de classes, não só no presente mas também no passado.

À medida que a história se desenrola, vão-se tornando visíveis anomalias — geralmente cristalizadas em eventos epocais — que obrigam o marxismo, sob pena de degenerar, a uma reconstrução numa base perdurável. Da reconstrução do marxismo decorre a reconstrução da história, pois que agora lançamos sobre o passado um olhar diferente, a partir da perspectiva das diferentes possibilidades no futuro. Se o marxismo deve acompanhar a história, também a interpretação da história deve acompanhar o marxismo.

7. Estar no centro da história

Na busca de uma história “objectiva” do passado, Skocpol projecta-se para fora da história. As influências do presente, que ela própria reconhece, são circunscritas à selecção do problema. A sua participação no mundo social termina precisamente quando começa o processo científico. A história “objectiva” é para Trotsky algo muito diferente:

Quando dizemos que um historiador é objectivo, penso que queremos dizer duas coisas. Antes de mais, que ele tem a capacidade de transcender a visão limitada da sua própria situação na sociedade e na história — uma capacidade que [...] em parte, depende da sua capacidade de reconhecer o grau do seu envolvimento nessa situação, de reconhecer, digamos, a impossibilidade da objectividade total. Em segundo lugar, queremos dizer que ele tem a capacidade de projectar a sua visão para o futuro por forma a que essa projecção lhe proporcione uma compreensão do passado mais profunda e mais perdurável do que aquela que é alcançada por historiadores cuja perspectiva é inteiramente circunscrita pela sua própria situação imediata. (Carr, 1961: 163)

Aqui, o historiador reconhece que se encontra na linha incerta que liga o passado ao futuro, que a vinculação ao mundo e no mundo não é separável do processo científico, mas constitui a sua própria essência. Foi assim que Trotsky entendeu a sua participação na história da Rússia, como parte integrante da reconstrução do marxismo para melhor poder compreender as possibilidades do socialismo.

Todavia, essa participação revelou-se uma espada de dois gumes. Já observámos a teoria da revolução que Trotsky elabora em *Balanço e Perspectivas* a propósito das semelhanças que mantém com a obra de Skocpol. Poderíamos igualmente ter atentado no seu famoso escrito de 1904 — *As Nossas Tarefas Políticas*. Trata-se de um ataque

muito violento, mas profético, ao bolchevismo enquanto forma de jacobinismo: "Os métodos de Lenine conduzem ao seguinte: primeiro, a máquina do partido substitui-se ao partido no seu todo; em seguida, o Comité Central substitui-se à máquina do partido; finalmente, um único 'ditador' substitui-se ao Comité Central." (*apud* Deutscher, 1954: 90).

A ironia da história atribuiu a Trotsky, primeiro, o papel de executor e, depois, o de vítima das previsões mais terríveis que ele fez em 1904 e 1906. Para o jovem Trotsky, o marxismo e o jacobinismo eram diametralmente opostos, mas, enquanto dirigente pós-revolucionário, ele viria a ser um enérgico defensor do bolchevismo na forma de jacobinismo. Organizou a militarização do trabalho, defendeu a destruição dos sindicatos e esmagou a revolta de Kronstadt — tudo em nome da revolução. Trotsky acabou por ser enredado nas forças que ele mesmo previra que se viriam a soltar, caso a Revolução Russa não fosse seguida por uma revolução no Ocidente. Na prática, Trotsky tornou-se a violação em pessoa do marxismo da sua juventude. Não é, portanto, surpreendente que a sua percepção do mundo circundante tenha sofrido com isso. Para Trotsky, este não foi um período de grandes profecias. Só mais tarde, no exílio — na qualidade da mais célebre vítima do processo revolucionário que profetizou e em que participou — é que Trotsky recuperou alguma da antiga chama pela reconstrução marxista. O seu combate ao estalinismo constituiu uma oportunidade para regressar aos princípios marxistas originais. A sua interpretação do significado histórico da Revolução Russa, que culminou em *A Revolução Traída* (cujo título original era *O que É a União Soviética e para onde Vai?*) foi outra grande viragem na história do marxismo. E, contudo, ainda aqui a análise de Trotsky é assombrada pelo seu envolvimento no processo revolucionário — o incondicional aval das originais credenciais socialistas da União Soviética e um futuro confinado ou ao capitalismo ou ao socialismo.

Os contributos de Trotsky para a história da União Soviética sugerem que nenhum comprometimento com o mundo alberga a reconstrução progressiva do marxismo se não for congruente com os seus princípios. Os seus estudos sobre o capitalismo ocidental apontam para a importância do comprometimento *per se*. Embora Trotsky tivesse um notável entendimento das diversas estruturas estatais das sociedades capitalistas, ele nunca captou os seus fundamentos ideológicos nem a experiência vivida que elas originaram.

Onde acabam os horizontes de Trotsky, começam os de Gramsci. Ainda que preso, torturado pela doença, com acesso a poucos livros e forçado a escrever em código para escapar aos censores, Gramsci conseguiu reconstruir o marxismo a partir de reflexões sobre o fracasso da "revolução italiana" de 1919-1920. Com efeito, pode mesmo dizer-se que a sua detenção e isolamento o protegeu das purgas estalinistas que desferiram um golpe fatal não só em vidas humanas mas também no desenvolvimento do marxismo.

Trotsky e Gramsci usufruíram da vantagem de fazerem parte de uma viva tradição política e intelectual num mundo que ajudaram a configurar. Em tempo de maior acalmia, comodamente protegidos pelos muros da universidade, é fácil esquecer que somos participantes da história e *simultaneamente* seus observadores. Para nós, é como uma segunda natureza acreditar que o nosso papel como observadores detém uma objectividade distintiva. Já vimos, porém, como essa objectividade pode ser ilusória. O contributo de Skocpol não advém da proclamada fonte — a indução a partir dos "factos" — mas consubstancia-se na refacção passiva de mudanças no mundo que a rodeia. A sua contribuição teria tido maior importância científica se ela se tivesse esforçado no sentido de dar à sua participação no mundo uma atenção central e não meramente subsidiária. Mas um tal esforço teria de ser disciplinado por uma vinculação a um explícito programa de investigação.

Conclusão

De acordo com os critérios formulados por Popper para o crescimento do conhecimento, tentei demonstrar a superioridade da metodologia dos programas de investigação sobre a metodologia da indução. Apesar de ter usado como ilustração as teorias da revolução elaboradas por Skocpol e Trotsky, construí asserções gerais organizadas em torno dos contextos da descoberta (indução *versus* dedução) da justificação (verificação *versus* falsificação e previsão) e do cientista (exterior ao objecto do conhecimento ou como parte integrante desse mesmo objecto). Enquanto os filósofos da ciência se preocuparam com descobrir *o método científico* puderam, com êxito, compartimentar estes contextos. Contudo, logo que se preocuparam com explicar *o desenvolvimento do conhecimento científico*, rapidamente descobriram, como nós, que estes contextos estão irremediavelmente interligados. Assim sendo, são necessárias categorias alternativas para comparar metodologias.

a) *Fundamentos da objectividade científica*. Tentei demonstrar que o método da indução se erige sobre uma falsa objectividade. Reclama-se de forjar explicações que como que traçam o mapa do mundo empírico, mas, na verdade, ergue barreiras à compreensão desse mundo. As conclusões teóricas firmam-se não nos “factos” mas, subrepticiamente, em premissas metodológicas e em arbitrárias intuições explanatórias. O método está em desacordo com os seus objectivos. Paradoxalmente, a metodologia dos programas de investigação, precisamente porque está cientificamente ancorada num complexo de valores morais, num sistema conceptual, em modelos (analogias e metáforas) e exemplos — aquilo a que Skocpol se refere como as “vendas ou as lentes fortemente matizadas” e a que Lakatos se refere como a heurística negativa e positiva — essa metodologia, dizia, cria um diálogo mais eficaz com esses “padrões históricos”. A cegueira advém, não das teorias pré-existentes, mas da incapacidade para reconhecer a sua necessidade e para articular e defender os seus conteúdos.

b) *Ciência orientada para o problema versus ciência orientada para o “puzzle”*. O método da indução reclama-se de estar de fora e além das tradições teóricas. Assim sendo, Skocpol reduz as teses clássicas de Marx, Weber e Durkheim a inspirações, fontes de hipóteses e até mesmo a variáveis, a partir das quais pode ser forjada uma verdadeira macro-sociologia. “A força motora [da sociologia histórica] não são os clássicos paradigmas teóricos, mas sim a irrefreável vontade de responder a questões historicamente fundamentadas” (Skocpol, 1984: 4-5). Seleccionamos um *problema* que inspire a nossa imaginação e induzimos as suas soluções a partir dos factos. Uma vez que, em última análise, existe apenas uma teoria compatível com os factos, não há necessidade de passar pelo processo de falsificação de teorias alternativas ou de submeter a nossa própria teoria a rigorosos testes. Por outro lado, a metodologia dos programas de investigação preocupa-se com resolver *puzzles*, isto é, anomalias levantadas pela sua crescente cintura de teorias, discrepâncias entre as expectativas e os “factos”²⁷. A sanidade e a vitalidade de um programa de investigação

²⁷ Embora os “factos” sejam eles próprios constructos teóricos de dados sensíveis, aquilo que Feyerabend designa por interpretações naturais, eles detêm maior estabilidade do que as teorias criadas para os explicar. O mesmo é dizer, eles detêm uma obstinação — se não for por outra razão, por convenção, como defende Popper — que lhes permite funcionar como falsificações das teorias explicativas.

depende, não da ocultação, ofuscação e negação das anomalias, mas da sua clara articulação e proliferação disciplinada. O diálogo contínuo entre teoria e dados, através da falsificação de velhas hipóteses e do desenvolvimento de novas hipóteses com previsão de factos novos, constitui a essência de um programa de investigação progressivo. A capacidade profética de Trotsky radica na sua vinculação ao marxismo, mesmo se não é determinada por ela — radica no reconhecimento das anomalias do marxismo e na necessidade de as resolver de uma maneira original.

c) *História interna versus história externa*. O método da indução considera que os factos são irredutíveis e são dados adquiridos; o problema que se lhe coloca é o de encontrar uma apreciação isenta dos mesmos. A ciência evolui através da acumulação de proposições factuais e de generalizações indutivas. Esta é a sua história interna. "Mas o indutivista não pode apresentar uma explicação racional 'interna', antes de mais, para a sua selecção de determinados factos e não de outros" (Lakatos, 1978: 104). A escolha do problema, como dissemos acima, faz parte da história "externa" relegada para notas de rodapé, prefácios ou para a "sociologia do conhecimento". Em contraste, a metodologia dos programas de investigação incorpora na sua história interna aquilo que os indutivistas estigmatizaram como elementos metafísicos e externos, nomeadamente, os postulados do seu núcleo duro e a sua escolha de *puzzles*. O que numa metodologia é reconstruído como cientificamente racional aparece na outra como cientificamente irracional.

Embora aquilo que é constituído como racional nos programas de investigação englobe muito mais do que a racionalidade da indução, as forças externas não deixam, ainda assim, de influenciar necessariamente o processo científico. Isto acontece particularmente nas ciências sociais, onde o objecto do conhecimento gera autonomamente novas anomalias que a heurística positiva tem de assimilar. As forças externas podem ser compreendidas como impulsoras de um crescimento racional do conhecimento, mas elas também podem constituir-se em fonte de irracionalidade. Assim sendo, os programas de investigação tornam-se degenerativos quando se isolam do mundo que estudam ou quando esse mundo arranca o processo de investigação do seu núcleo duro. O marxismo é particularmente sensível à história externa. A sensibilidade do marxismo às anomalias

tende a ser maior quando tenta transformar o mundo do que quando se institui como ideologia dominante, mais vulnerável, portanto, à repressão das anomalias.

É óbvio que a metodologia dos programas de investigação tem os seus próprios problemas particulares que estimulam o seu desenvolvimento. Será possível identificar um único núcleo num programa de investigação ou será que um programa de investigação comporta um grupo de núcleos? E de que forma esse núcleo se transforma ao longo dos tempos? Qual a relação entre a heurística positiva e a heurística negativa? Até que ponto é que é possível distinguir entre programas de investigação progressivos e programas de investigação degenerativos? Como sabemos que um programa aparentemente degenerativo não recuperará o seu antigo dinamismo? Como avaliamos a importância relativa das ramificações progressivas e degenerativas do mesmo programa? Será possível estipular as condições sob as quais se torna razoável abandonar um programa de investigação em favor de outro? Não obstante estes problemas, espero ter demonstrado a superioridade da metodologia dos programas de investigação sobre a metodologia da indução enquanto modo de fomentar a ciência social²⁸. ■

85

Tradução de Vivina Figueiredo

²⁸ Agradecimentos: A primeira versão, ainda pouco amadurecida, deste artigo escrevi-a no Outono de 1985 para o meu seminário de orientação de tese. E logo Kyoung Cho, Linda Blum, Vedat Milor, Gay Seidman, Louise Jezierski e Brian Powers a receberam com perturbação, consternação e até pavor. Teria o meu mestre ensandecido? Depois disso, tenho vindo a moderar as minhas teses, frequentemente sob a influência dos seus comentários bem como dos de Vicki Bonnell, Carol Hatch, Elisabeth Nichols, Michael Liu, Charles Tilly, Ira Katznelson, Arthur Stinchcombe, Jerry Karabel, Adam Przeworski, Wally Goldfrank, Wolfgang Schluchter, Erik Wright, Alan Sica, Kathleen Schwartzman, Reinhard Bendix, Julia Adams, Ron Aminzade, Barbara Laslett, Bill Sewell, Perry Anderson, Rick Biernacki, Rebecca Scott, Bill Rosenberg e Jeffrey Alexander. Gostaria também de prestar homenagem à paciência de Bill Form, o responsável pela *American Sociological Review* e ao seu batalhão de seis leitores especializados que, num período de dois anos, levaram a duas grandes revisões e a mais de sessenta páginas de correspondência trocada. Afinal, embora as nossas divergências se tenham revelado grandes de mais para poderem ser aplacadas, creio que o meu ensaio beneficiou substancialmente com as suas objecções. Entre os dois anónimos leitores especializados da revista *Theory and Society*, gostaria particularmente de agradecer àquele que produziu um soberbo conjunto de críticas ao meu tratamento de Skocpol, obrigando-me a rever a minha argumentação uma vez mais. Finalmente, os problemas aqui abordados ocuparam um lugar central no curso de metodologia que marcou quatro grupos consecutivos de estudantes de pós-graduação que entraram para o departamento de sociologia de Berkeley entre 1984 e 1987. Foi com esses estudantes que eu explorei os significados possíveis da ciência social. Estou grato a todos os acima referidos por terem apontado importantes falhas no artigo, obrigando-me com isso a rever, clarificar e elaborar as asserções nele contidas.

Referências Bibliográficas

- 86
- Alexander, Jeffrey 1982 *Positivism, Pressuppositions, and Current Controversies*. Berkeley, University of California.
- Alexander, Jeffrey 1983 *The Modern Reconstruction of Classical Thought*. Berkeley, University of California.
- Alexander, Jeffrey 1987 "The Centrality of the Classics", in Anthony Giddens *et al.* (orgs.), *Social Theory Today*. London, Basil Blackwell.
- Beilharz, Peter 1987 *Trotsky, Trotskyism and the Transition to Socialism*. London, Croom Helm.
- Bloch, Marc 1953 *The Historian's Craft*. New York, Alfred Knopf.
- Cammack s/d "Bringing the State Back In: A Polemic", manuscrito inédito.
- Carr, Edward 1961 *What Is History?*. New York, Random House.
- Clifford, James *et al.* (orgs.) 1986 *Writing Culture*. Berkeley, University of California.
- Cohen, Morris *et al.* 1934 *An Introduction to Logic and Scientific Method*. New York, Harcourt and Brace.
- Cohen R.S. *et al.* (orgs.) 1976 *Essays in Memory of Imre Lakatos*. Boston Studies in The Philosophy of Science, vol. XXXIX, Dordrecht, D. Reidel.
- Deutscher, Isaac 1954 *The Prophet Armed. Trotsky: 1879-1921*. New York, Vintage.
- Deutscher, Isaac 1959 *The Prophet Unarmed. Trotsky: 1921-1929*. New York, Vintage Books.
- Deutscher, Isaac 1963 *The Prophet Outcast, Trotsky: 1929-1940*. New York, Vintage Books.
- Elster, Jon 1985 *Making Sense of Marx*. Cambridge, Cambridge University.
- Evans, Peter *et al.* 1985 *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University.
- Feyerabend, Paul 1975 *Against Method*. London, Verso.
- Furet, François 1981 *Interpreting the French Revolution*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Gramsci, Antonio 1971 *Selections from the Prison Notebooks*. New York, International Publishers.
- Hempel, Carl 1965 *Aspects of Scientific Explanation*. New York, Free Press.
- Howson, Colin (org.) 1976 *Method and Appraisal in the Physical Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Knei-Paz, Baruch 1978 *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford, Oxford University Press.

- Kuhn, Thomas 1970 *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago, University of Chicago.
- Lakatos, Imre 1976 *Proofs and Refutations*. Cambridge, Cambridge University.
- Lakatos, Imre 1978 *The Methodology of Scientific Research Programmes*. Cambridge, Cambridge University.
- Laudan, Larry 1977 *Progress and Its Problems*. Berkeley, University of California.
- Marx, Karl 1963 *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. New York, International Publishers [1869].
- Marx, Karl 1970 *A Contribution to the Critique of Political Economy*. New York, International Publishers [1859].
- Mill, John Stuart 1888 *A System of Logic*. New York, Harper [8^a ed.].
- Miller, Richard 1987 *Fact and Method*. Princeton, Princeton University Press.
- Nichols, Elisabeth 1986 "Skocpol on Revolution: Comparative Analysis vs. Historical Conjecture", *Comparative Social Research*, 9.
- Polanyi, Michael 1958 *Personal Knowledge*. Chicago, Chicago University.
- Popper, Karl 1957 *The Poverty of Historicism*. London, Routledge and Kegan Paul.
- Popper, Karl 1959 *The Logic of Scientific Discovery*. London, Hutchinson.
- Popper, Karl 1963 *Conjectures and Refutations*. London, Routledge and Kegan Paul.
- Putnam, Hilary 1981 "The 'Corroboration' of Theories", in Ian Hacking (org.), *Scientific Revolutions*. New York, Oxford University.
- Radnitzky, Gerard (org.) 1978 *Progress and Rationality in Science*. Boston Studies in the Philosophy of Science, vol. LVIII, Dordrecht, D. Reidel.
- Ragin, Charles *et al.* 1983 "Theory and Method in Comparative Research: Two Strategies", *Social Forces*, 61.
- Roemer, John 1986 *Analytical Marxism*. Cambridge, Cambridge University.
- Skocpol, Theda 1973 "A Critical Review of Barrington Moore's *Social Origins of Dictatorship and Democracy*", *Politics and Society*, 4 (1).
- Skocpol, Theda 1979 *States and Social Revolutions*. Cambridge, Cambridge University.
- Skocpol, Theda *et al.* 1980 "The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry", *Comparative Studies in Society and History*, 22 (2).
- Skocpol, Theda 1982 "Rentier State and Shi'a Islam in the Iranian Revolution", *Theory and Society*, 11 (3).
- Skocpol, Theda *et al.* 1984 *Vision and Method in Historical Sociology*. Cambridge, Cambridge University.

Michael
Burawoy

88

- Skocpol, Theda 1985 "Cultural Idioms and Political Ideologies in the Revolutionary Reconstruction of State Power: A Rejoinder to Sewell", *The Journal of Modern History*, 57 (3).
- Skocpol, Theda 1986 "Analyzing Causal Configurations in History: A Rejoinder to Nichols", *Comparative Social Research*, 9 (190).
- Skocpol, Theda 1988 "An 'Uppity Generation' and the Revitalization of Macroscopic Sociology: Reflections at Midcareer by a Woman from the 1960s", in Matilda Riley (org.), *Sociological Lives*. Newbury Park, California, Sage Publications. Também em *Theory and Society*, vol. 17 (5).
- Sewell, Bill 1985 "Ideologies and Social Revolutions: Reflections on the French Case", *The Journal of Modern History*, 57 (3).
- Stinchcombe, Arthur 1978 *Theoretical Methods in Social History*. New York, Academic.
- Stinchcombe, Arthur 1983 *Economic Sociology*. New York, Academic Press.
- Tilly, Charles 1976 *The Vendée*. Cambridge, Harvard University.
- Tilly, Charles 1981 *As Sociology Meets History*. New York, Academic.
- Tilly, Charles 1984 *Big Structures, Large Processes Huge Comparisons*. New York, Russel Sage.
- Toulmin, Stephen 1972 *Human Understanding*. Princeton, Princeton University Press.
- Trotsky, Leon 1969 *The Permanent Revolution and Results and Prospects*. New York, Pathfinder.
- Trotsky, Leon 1972 *The Revolution Betrayed*. New York, Pathfinder [1936].
- Trotsky, Leon 1977 *The History of the Russian Revolution*. London, Pluto [1933].
- Whitehead, A. North 1925 *Science and the Modern World*. New York, MacMillan.
- Wright, Eric 1986 "States and Classes in Recent Radical Theory", manuscrito inédito.
- Zahar, Eli 1978 "'Crucial' Experiments: A Case Study", in G. Radnitzky (org.), *Progress and Rationality in Science*.